

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

NIELSON POLUCENA LOURENÇO

**LUTA PELA TERRA E PELA SOBREVIVÊNCIA NA
TERRA NA MICRORREGIÃO DE SAPÉ-PB: O
ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES E O
PROTAGONISMO DOS JOVENS**

João Pessoa – PB

2011

**LUTA PELA TERRA E PELA SOBREVIVÊNCIA
NA TERRA NA MICRORREGIÃO DE SAPÉ-PB: O
ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES E O
PROTAGONISMO DOS JOVENS**

**Monografia apresentada ao Curso de
Bacharelado em Geografia da Universidade
Federal da Paraíba, em cumprimento às
exigências para a obtenção do título de
Bacharel em Geografia.**

**Orientadora: Emília de Rodat Fernandes
Moreira**

**Co-Orientadora: Áurea Régia Oliveira da
Silva**

João Pessoa – PB

2011

Catálogo na publicação
Universidade Federal da Paraíba
Biblioteca Setorial do CCEN

L8921 Lourenço, Nielson Polucena.

Luta pela terra e pela sobrevivência na terra na microrregião de Sapé – PB: o assentamento zumbi dos palmares e o protagonismo dos jovens / Nielson Polucena Lourenço. – João Pessoa, 2011.

58f. : il. -

Monografia (Graduação) – UFPB/CCEN.

Orientadora: Emília de Rodat Fernandes Moreira.

Inclui referências.

1. Geografia agrária . 2. Assentamento Zumbi dos Palmares-Sapé- PB. 3. Questão agrária. I. Título.

BS/CCEN

CDU: 911.3:631(043.2)

nota: 9,0


NIELSON POLUCENA LOURENÇO

**LUTA PELA TERRA E PELA SOBREVIVÊNCIA NA TERRA
NA MICRORREGIÃO DE SAPÉ-PB: O ASSENTAMENTO
ZUMBI DOS PALMARES E O PROTAGONISMO DOS
JOVENS**

Aprovado em 14/12/2011

Banca Examinadora:



Orientadora: Prof^a. Dr^a. Emília de Rodat Fernandes Moreira


Co-Orientadora: Mestranda do PPGG/UFPB Áurea Régia Oliveira da Silva

Co-Orientadora: Mestranda do PPGG/UFPB Áurea Régia Oliveira da Silva


Examinador Interno: Mestrando do PPGG/UFPB Elton Oliveira da Silva

Examinador Interno: Mestrando do PPGG/UFPB Elton Oliveira da Silva


Examinador Externo: Prof^a. Msc. Silvana Cristina Costa Correia

Examinador Externo: Prof^a. Msc. Silvana Cristina Costa Correia

João Pessoa – PB

2011

AGRADECIMENTOS

Confesso que esta é a parte mais complicada com que me deparei, pois se eu pudesse descrever toda a minha gratidão àqueles que contribuíram com a minha formação acadêmica, palavras não teriam fim, mas tentarei de forma sucinta e sincera explicar os meus agradecimentos.

Agradeço a Deus, por ser minha fortaleza em todos os momentos difíceis da minha vida, por acreditar em mim nos momentos que duvidei da minha capacidade, por se fazer presente na minha história.

Ao meu pai Ednaldo Cezario, a minha mãe Maria das Neves Polucena, ao meu irmão Nadson Polucena pelo apoio incondicional durante a minha educação, me dando contribuição financeira, força nos momentos de dificuldades, depositando confiança no meu trabalho, e por fazer parte da minha vida, meu eterno obrigado.

A todos os estudantes e professores que estiverem presentes na turma de Geografia 2008.1, em especial aos estudantes Thiago Souza Veras, Roberto Aprígio, Márcio Cardoso, Rafaella Rodrigues, Isla Kalliane, Samir Gonçalves, Hellinton de Souza por terem compartilhado momentos de extrema alegria nas aulas de campo, dificuldades nos primeiros trabalhos acadêmicos, pelos debates geográficos, enfim, por terem participado de todos os momentos marcantes da minha vida acadêmica.

As minhas grandes amigas Thiany da Silva Almeida e Jocélia Gouveia a quem sou grato por terem me dado apoio moral nos momentos de dificuldades, por nossas discussões geográficas e pelos momentos de alegria e de tristeza que vivemos em todo período da graduação. E ao Isaac Coriolano da Silva, por ter sido um grande amigo e sempre me incentivado na produção do conhecimento.

Aos integrantes do Grupo de Estudo sobre Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC), Jossandra Santos, Elton Oliveira, Pablo Melquisedeque, Noemi Paes Freire, Lidiane Candido, Luanna Rodrigues, Leandro Paiva, Michel Tolentino e Silvana Correia por terem compartilhado seus conhecimentos, tirando minhas dúvidas me ajudando na minha formação acadêmica. Agradeço também a minha Co-Orientadora Áurea Régia também integrante do grupo, por ter me ajudado nessa pesquisa, indicando leituras, estando presente na pesquisa de campo me guiando nas aplicações dos questionários aos

assentados, estou muito grato pela sua contribuição. Saibam que todos vocês foram e continuarão sendo minha fonte de inspiração para continuar nessa luta incessante pela produção do conhecimento.

A minha orientadora, conselheira, amiga, Emília Moreira, por ter tido paciência comigo nos momentos difíceis, por ter me guiado nos meus primeiros artigos científicos, por ter depositado confiança no meu trabalho, enfim, por ter me ensinado a ser um cidadão melhor, um cidadão crítico que sempre lutará por justiça social e por uma sociedade com menos desigualdade social, a você meu eterno obrigado.

Enfim, a todos aqueles que contribuíram de forma direta e indireta na minha formação acadêmica, meu sincero obrigado.

NIELSON POLUCENA LOURENÇO

**LUTA PELA TERRA E PELA SOBREVIVÊNCIA NA TERRA
NA MICRORREGIÃO DE SAPÉ-PB: O ASSENTAMENTO
ZUMBI DOS PALMARES E O PROTAGONISMO DOS
JOVENS**

*Dedico aos meus Pais e aos Jovens que lutam
na construção de “territórios de esperança”.*

NIELSON POLUCENA LOURENÇO

**LUTA PELA TERRA E PELA SOBREVIVÊNCIA NA TERRA
NA MICRORREGIÃO DE SAPÉ-PB: O ASSENTAMENTO
ZUMBI DOS PALMARES E O PROTAGONISMO DOS
JOVENS**

*“Juventude que ousa lutar,
constrói o poder popular!”*

Autor Desconhecido

RESUMO

O objetivo do trabalho é estudar a luta pela terra na microrregião de Sapé-PB, destacando o caso do Assentamento Rural Zumbi dos Palmares onde se enfatiza o papel dos jovens na sua construção/consolidação. Assim, a área de pesquisa é a microrregião de Sapé e nela o Assentamento Zumbi dos Palmares localizado no município de Mari-PB. O estudo pautou-se numa revisão bibliográfica, no levantamento de dados secundários e na pesquisa de campo. O Assentamento foi criado a partir de uma luta de ocupação apoiada pelo MST. São 85 famílias assentadas e a organização agrícola é voltada para a produção de alimentos. Os jovens, regra geral, ajudam os pais na agricultura. Não é perceptível o protagonismo dos jovens na construção/consolidação do Assentamento além do trabalho ajudando aos pais. Alguns jovens tentam organizar uma atividade coletiva, porém não têm obtido adesão. Conclui-se que não é suficiente a mera distribuição de terras para a concretização da reforma agrária e para garantir a participação dos jovens na luta pela consolidação dos assentamentos. É importante a ação do Estado através de políticas públicas, da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais de modo a motivar a participação da juventude em atividades que venham garantir a reprodução do campesinato das áreas de reforma agrária.

Palavras-chave: Jovens rurais, Território, Assentamento rural.

ABSTRACT

The objective of the work is to study the fight for land in the microregion of Sapé-PB, highlighting the case of Rural settlement Zumbi dos Palmares, which emphasizes the role of young people in its construction/consolidation. This way, the search area is the N microregion of Sapé-PB and in her the Settlement Zumbi dos Palmares, located in the municipality of Mari-PB. The study it based in a literature review, in the secondary data collection and field research. The settlement was created from a fight of occupation supported by MST. Nowadays are 85 families settled and agricultural organization is geared towards the production of food. Young people, as a general rule, help parents in agriculture. It is not clear the role of youth in building / consolidation of the settlement in addition to helping working parents. Some young people try to organize a collective activity, but have not achieved compliance. We conclude that it is not enough merely distributing land to the implementation of agrarian reform and to ensure youth participation in the struggle for the consolidation of the settlements. It is important to state action through public political, civil society organizations and social movements in order to motivate youth to participate in activities that will ensure the reproduction of the peasantry in the areas of agrarian reform.

Key words: Young rural, Territory, rural Settlement.

SUMÁRIO

Introdução.....	15
1. Espaço, Território e Juventude Rural.....	18
2. A luta pela terra no espaço agrário da Microrregião de Sapé.....	24
2.1. Espaço agrário e luta pela terra no município de Mari.....	31
3. O PA Zumbi dos Palmares e o protagonismo dos jovens assentados.....	36
3.1 A luta pela terra que originou o Assentamento Zumbi dos Palmares.....	47
3.2. Os jovens do Assentamento Zumbi dos Palmares.....	49
Considerações Finais.....	54
Bibliografia.....	56

Lista de Fotografias

Figura 1 - Croqui do trecho percorrido de João Pessoa ao PA Zumbi dos Palmares.....	36
Figura 2 - Visualização do PA Zumbi dos Palmares onde se observam as ruas sem a presença de asfalto e postes de luz elétrica.....	42
Figura 3 - Igreja do Assentamento Zumbi dos Palmares.....	44
Figuras 4 e 5 - Lavoura alimentar cultivada no interior do PA Zumbi dos Palmares.....	45
Figuras 6 e 7 - A galinha é a principal ave criada pelos assentados e seu uso é destinado ao autoconsumo e a comercialização.....	45
Figura 8 - Jovem assentado “limpando” o “mato” na frente da sua casa localizada dentro do PA Zumbi dos Palmares.....	52

Lista de Mapas

Mapa 1 - Localização geográfica da microrregião de Sapé com ênfase ao município de Mari - PB.....	24
Mapa 2 - Solos do Assentamento Zumbi dos Palmares.....	38
Mapa 3 - Classes de capacidade de uso do solo do Assentamento Zumbi do Palmares.....	39
Mapa 4 - APP e RL do P.A Zumbi dos Palmares.....	47

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Microrregião de Sapé – Distribuição da população segundo o local de domicílio, 2010.....	25
Gráfico 2 - Município de Mari – População residente por lugar de domicílio.....	32
Gráfico 3 - PA Zumbi dos Palmares – Escolaridade das pessoas que compõem as famílias entrevistadas.....	41
Gráfico 4 - Assentamento Zumbi dos Palmares – Escolaridade dos jovens entrevistados.....	50

Lista de Quadros

Quadro 1 - Microrregião de Sapé - Projetos de Assentamento criados até 2010.....	27
--	----

Lista de Tabelas

Tabela 1- Tabela 1 - Estrutura fundiária da Microrregião de Sapé – PB , 2006.....	29
Tabela 2 - Estrutura fundiária de Juripiranga – PB, 2006.....	30
Tabela 3 - Estrutura fundiária de São Miguel de Itaipu- PB, 2006.....	31
Tabela 4- Estrutura fundiária de Mari – PB, 2006.....	33
Tabela 5 – PA Zumbi dos Palmares. Composição das famílias entrevistadas por idade e sexo.....	40

Lista de abreviaturas e siglas

APP	Áreas de Preservação Permanente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PA	Projeto de Assentamento
PDA	Plano de Desenvolvimento Agrícola
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
RL	Reserva Legal
SAMDU	Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência
SAPES	Serviço de Alimentação e Previdência Social
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

INTRODUÇÃO

O trabalho em pauta faz parte de uma pesquisa maior denominada “Território(s) de Esperança” coordenada pela professora Emília Moreira. Ele concentra os estudos na microrregião de Sapé situada na mesorregião da Mata Paraibana, que engloba nove municípios onde se localizam 27 áreas de assentamento e 8 acampamentos. A escolha dessa região como área objeto de estudo deve-se tanto a sua importância histórica como palco das Ligas Camponesas, quanto ao fato de nela ter sido criado um número considerável de áreas de assentamento a partir de 1993.

O objetivo do trabalho é estudar a luta recente pela terra na microrregião de Sapé-PB, destacando a luta pela terra e pela sobrevivência na terra em um Assentamento Rural, o Zumbi dos Palmares, dando ênfase ao papel dos jovens na construção/consolidação dessa fração do “território(s) de esperança”.

O interesse por esta temática surgiu a partir do contato com o projeto maior do qual este trabalho faz parte e da leitura do plano de trabalho proposto para ser desenvolvido no âmbito do PIBIC. A necessidade de entender a dinâmica dos espaços agrários microrregionais da Paraíba, de resgatar a luta pela terra no estado e a consciência de que a ausência dos jovens no processo de consolidação dos assentamentos pode constituir um problema para a continuidade da reprodução do campesinato em áreas de reforma agrária despertou nossa atenção.

Para levar a termo o trabalho partimos da discussão sobre alguns conceitos e categorias básicas da Geografia e de ciências afins quais sejam: espaço e espaço agrário, território e juventude rural.

Os procedimentos metodológicos adotados, além da pesquisa bibliográfica, consistiram no levantamento de dados secundários junto ao IBGE e ao Incra e na pesquisa de campo. Junto ao IBGE levantou-se dados relativos à estrutura fundiária da microrregião de Sapé e sobre a população da microrregião citada e do município de Mari. Na Superintendência Regional do Incra levantou-se informações sobre os assentamentos existentes na microrregião de Sapé.

A pesquisa de campo consistiu na realização de entrevistas informais e semiestruturadas. As entrevistas informais foram realizadas com 2 lideranças do Assentamento, uma é o Lucinaldo Pedro da Silva que atualmente é o 2º Suplente Fiscal da Cooperativa existente dentro do PA e participou da luta pela terra que originou o assentamento, a outra é o Luciano José da Silva, atual técnico agrícola do PA e Secretário da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento. As entrevistas semiestruturadas foram efetuadas junto a representantes de 9 famílias assentadas, escolhidas de modo aleatório o que corresponde a 10,6% do total das famílias assentadas e a 10 jovens integrantes dessas famílias dois dos quais fazem parte de uma mesma unidade familiar.

Dos 10 jovens entrevistados 7 são do sexo masculino e 3 são do sexo feminino; 6 têm idade entre 15 e 17 anos e 4 têm idade entre 19 e 24 anos.

O objetivo das entrevistas realizadas com os representantes das famílias foi coletar as seguintes informações: a) origem da família; b) tamanho médio da família; c) idade, sexo e escolaridade dos membros da família; d) o tipo de ocupação de cada membro da família; e) se houve participação dos chefes da família na luta pela terra; f) sobre a luta pela terra e a sua participação e; g) a perspectiva dos pais em relações ao futuro dos filhos.

O objetivo das entrevistas realizadas com os jovens foi: a) resgatar a história da luta pela terra e sua participação na mesma; b) levantar informações sobre o nível de escolaridade e as perspectivas de futuro desses jovens; c) levantar informações mais detalhadas sobre trabalho e renda dos jovens, sua participação política e sua integração e inserção na comunidade e na luta pela consolidação do Assentamento; d) identificar as formas de sociabilidade e lazer oferecidas pelo Assentamento aos jovens; e) identificar as políticas públicas presentes no Assentamento que são voltadas para a juventude e verificar a avaliação dessas políticas feita pelos jovens e; f) colher sugestões para a melhoria das condições de vida dos jovens no Assentamento e para possibilitar sua permanência no mesmo.

O estudo utilizou dois critérios para determinar o que é jovem: a faixa etária e a inserção em uma família de origem ou de reprodução. No que tange à faixa etária considerou-se como jovem a população com idade entre 15 e 24 anos. Esta escolha tomou como referência a definição de juventude estabelecida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Por sua vez, a inserção do jovem em uma família de origem ou de reprodução pode se constituir em um incentivo para que ele pense sobre trabalho-educação-família. Segundo Prado (1981, p. 13), a “família de origem é aquela de nossos

pais; família de reprodução é aquela formada por um indivíduo com outro adulto e os filhos dela decorrentes”.

Além das entrevistas foi efetuada uma cobertura fotográfica do Assentamento de modo a ilustrar o trabalho.

1. ESPAÇO, TERRITÓRIO E JUVENTUDE

RURAL

Constatamos que não poderíamos iniciar nossa leitura do território sem definirmos o espaço uma vez que entendemos o território como uma fração do mesmo. Para tanto nos apoiamos na Geografia Crítica.

A Geografia Crítica fundamenta-se no materialismo histórico e na dialética, posiciona-se criticamente tanto em relação à Geografia Tradicional como à Geografia Pragmática quanto à realidade social e à ordem constituída. Ela surge na França nos anos de 1970 e logo em seguida expande-se pela Europa e pela América Latina. Na França a expressão crítica foi relacionada a obra de Yves Lacoste “A Geografia serve antes de tudo para fazer a guerra” e a revista de geopolítica crítica Herodote, criada pelo mesmo autor. No Brasil, a Geografia crítica tem como expoentes além de Milton Santos, Ariovaldo Umbelino e seus discípulos e a maioria dos jovens geógrafos da atualidade. Seus pressupostos básicos são a criticidade e o engajamento político (MOREIRA, 2003, p. 2).

Com base nos princípios da Geografia Crítica trabalhamos com a concepção de “espaço socialmente produzido, ou seja, aquele criado pelo trabalho humano” (SANTOS, 1980, p.163), ou resultante “da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais” (SANTOS, 1996, p.71).

Nesse sentido o espaço geográfico não é visto como algo estático, mas sim como algo dinâmico resultante de uma relação dialética entre natureza e sociedade.

Assim sendo,

o espaço geográfico, e o espaço agrário como um dos seus segmentos, não constitui algo dado e acabado, mas algo dinâmico, determinado historicamente, um produto da ação do homem sobre a natureza e das relações que se estabelecem entre os homens através do processo de trabalho ao longo do tempo histórico. (MOREIRA, 2006b, p. 5).

No caso do território, constatamos que na atualidade existe uma multiplicidade de conceitos utilizados tanto por geógrafos como por outros cientistas. Apesar dessa diversidade é uma constante nas definições utilizadas pelos geógrafos da corrente crítica da Geografia, a exemplo de Raffestin e Léfèbvre, a relação do território com as noções de poder, apropriação e dominação.

Para Raffestin (1993, p. 144), o território é uma fração do espaço produzido através do trabalho e marcado por relações de poder, é um “local de relações”. Deste modo o autor compreende que as relações de poder são essenciais para a formação de território, ou seja, sem essas relações não se pode afirmar que existe território. Para ele é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado “de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Lefèbvre (1986) distingue espaços dominados de espaços apropriados e considera “que a apropriação e a dominação embora deversem aparecer juntas, a história (a da acumulação) é também a história da sua separação, da sua contradição onde o dominante sempre ganha” (MOREIRA, 2006b, p. 3).

Segundo Moreira (2006a, p. 4), “na Geografia Agrária brasileira Ariovaldo Umbelino de Oliveira, também buscou em autores como Raffestin e Lefèbvre bem como em Quaini, Chesnais, Lacoste, entre outros, a base sobre a qual assentou sua concepção de território”. Para Oliveira, o território é concebido como:

[...] síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação” (OLIVEIRA, A. 2002, p.74).

Assim sendo o território constitui um:

[...] produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. [...] Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um a *priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. [...] a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção, reprodução. [...] Isso significa que, sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais, a produção é produto contraditório de constituição do capital e a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, A. 2002, p.74-75).

Também na Geografia Agrária Fernandes aborda o território como,

[...] o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades¹.

A partir do conceito de território construído pelos autores citados e por outros autores, Moreira (2006) cunhou o conceito de “território de esperança” o qual vem sendo construído e aprofundado através dos estudos e trabalhos desenvolvidos e orientados pela pesquisadora no seu Grupo de Estudo sobre Trabalho, Espaço e Campesinato.

Para Moreira o território de esperança é aquele:

[...] construído e conquistado pela luta de resistência e de ocupação promovida pelos trabalhadores, com o apoio de movimentos sociais, universidade e ONGs, simboliza uma “ruptura” com a forma de organização social, econômica e política pré-existente. Trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança. “Território de Esperança”, “Território de Solidariedade” e também, parafraseando Félix Guattari, “Território de Desejo”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração. Uma forma experienciada de organização social singular, singularidade de ordem seja “da sensibilidade pessoal ou da criação, da invenção de um outro modo de relação social, de uma outra concepção do trabalho social, da cultura, etc.” (GUATTARI, 1986, p.281 *apud* MOREIRA, 2006a, p. 8).

A mesma autora acrescenta que:

[...] o fim da exploração representado pela conquista do território e pela recriação camponesa não significa a emancipação plena da terra e de homens e mulheres, mas apenas um passo num processo de luta. Luta esta cujo objetivo é bem maior do que a conquista da terra, a reprodução do campesinato, a resistência ao modelo de desenvolvimento capitalista. O território de esperança incorpora todos esses elementos, mas se propõe a algo maior que é a luta pela consolidação de uma “classe para si” capaz de lutar por um outro tipo de sociedade calcada na igualdade, na solidariedade e na justiça social. Utopia? Sonho? Não importa. A história nos mostra que as verdadeiras transformações, as que de fato se concretizam ou são fruto de grandes revoluções ou de pequenas revoluções como assim denomina Mitidiero (2010) ao se referir à luta pela terra no Brasil. Em sociedades capitalistas complexas como a nossa, a consolidação de Territórios de Esperança no campo através dos assentamentos de reforma agrária pode representar um passo à frente na direção da produção de um território realmente emancipado e livre da opressão, da exploração, da dominação que caracteriza o território capitalista” (2009, p. 12).

¹ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf

Assim sendo, segundo Moreira, o assentamento de reforma agrária, num sentido amplo, é entendido como “território de esperança”, o qual, numa perspectiva processual, se constitui em um território em construção. Cada assentamento é, portanto uma fração desse território. Supõe-se que os jovens nele presentes deveriam se constituir em sujeitos, protagonistas do processo de sua construção.

No que se refere à juventude rural constatamos que estudos sobre jovens rurais no âmbito da geografia são muito escassos, eles são mais presentes na Pedagogia, na Sociologia e na Psicologia. Na Geografia destacamos os estudos realizados por Moreira *et al* (1994; 1996; 2002 e 2010); por Francisco Fábio Dantas da Costa e Emilia Moreira (1994); por Eduarda Ferreira, Luanna Oliveira e Emilia Moreira (2008); por Elton Oliveira da Silva (2009) e por Áurea Régia Oliveira da Silva (2009). Estes estudos versam sobre: o trabalho de crianças e adolescentes na atividade canavieira; trabalho precoce e saúde; a perspectiva migratória de jovens rurais; a perspectiva migratória de jovens rurais em áreas de assentamento e; a juventude rural em áreas de assentamento.

Do ponto de vista teórico conceitual nos apoiamos, entre outros, em Elisa Guaraná de Castro (2005) cuja tese de doutorado considera o jovem uma categoria analítica. Para ela, há uma grande dificuldade entre os estudiosos em delimitar com rigor a categoria demográfica relativa aos jovens. Acrescenta inclusive, que embora o tema seja considerado marginal por muitos autores, há uma extensa produção bibliográfica, principalmente associada a universos urbanos e, em alguns casos, se referindo a uma sociologia da juventude. Mas no que concerne à chamada “juventude rural”, a produção é bem menor.

Mesmo sendo menor,

a partir da década de 90, há um aumento significativo do número de trabalhos (além de ong's, *sites* da internet, etc.), especialmente sobre o chamado Terceiro Mundo (ou os Países do Sul), que abordam “*jovem camponês*” ou “*juventude rural*” (Carneiro:1998; Abramovay:1998; Brkic e Zutinic:2000; Torrens: 2000; Jentsch e Burnett: 2000; Majerová: 2000; Benevenuto:2004; Stropasolas:2004). Relacionados menos ao papel de “*vanguarda*” como nos trabalhos sobre “*jovens urbanos*”, os esforços se voltam para analisar “jovens rurais” associados ao “*problema da migração rural/urbano*”, da herança e sucessão da pequena propriedade familiar. E ainda, trabalhos que focalizam “jovens” que já migraram de áreas rurais para áreas urbanas (CASTRO, 2005, p. 37).

Muitos estudos tratam a juventude ou o jovem “como categoria auto evidente ou autoexplicativa, utilizando idade e/ou comportamento como definições metodológicas” (CASTRO, 2005, p. 32). Outros relacionam o jovem e a juventude com a condição de

trabalhador ou desempregado, com a noção de geração “velhos e jovens”, entre outros. A categoria “juventude” também aparece associada a determinados substantivos e adjetivos, tais como: “*vanguarda*”, “*transformadora*”, “*questionadora*” (MARGULIS, 1996, p.9-11 apud CASTRO, 2005, p.38) o que subentende “papéis sociais privilegiados para os indivíduos identificados como “jovem” e “juventude”, principalmente como agente de transformação social (CASTRO, 2005, p.38).

Em um artigo que resultou do projeto de extensão Relações de Poder/Saber: protagonismo de jovens em assentamentos rurais no Alto Sertão Paraibano² um traço marcante dos jovens rurais diz respeito à sua maturidade, que costuma ser bem mais precoce do que nos jovens urbanos, pelo fato deles, desde a infância, executarem tarefas ligadas à unidade doméstica de produção e trabalho. Essas tarefas, porém, por não serem remuneradas não são consideradas como “trabalho”, mas ajuda aos pais. Por isto a participação de muitos jovens no trabalho familiar é invisível.

Nas áreas de assentamento é comum a participação do jovem ajudando aos pais ou exercendo uma atividade sob sua responsabilidade, porém sem remuneração. Estudo realizado por Moreira e Ferreira (2007) no Assentamento Tubarão no município de São José do Bonfim (Sertão Paraibano), dá conta de uma experiência interessante de uma jovem assentada que se ocupa dos animais e sonha em estudar veterinária para dar continuidade ao trabalho dos pais no lote. Neste mesmo Assentamento, porém existem jovens que não se interessam em produzir na terra e em participar do processo de construção dessa fração de território buscando trabalho em outras atividades e fora do Assentamento e do campo.

A cidade é a referência para a melhoria das condições econômicas no imaginário de grande parte dos jovens assentados como concluiu a pesquisa sobre a perspectiva migratória de jovens rurais (MOREIRA, TARGINO e MENEZES, 2010). E a saída dos jovens dos assentamentos é um grande problema constatado em vários estudos sobre o tema.

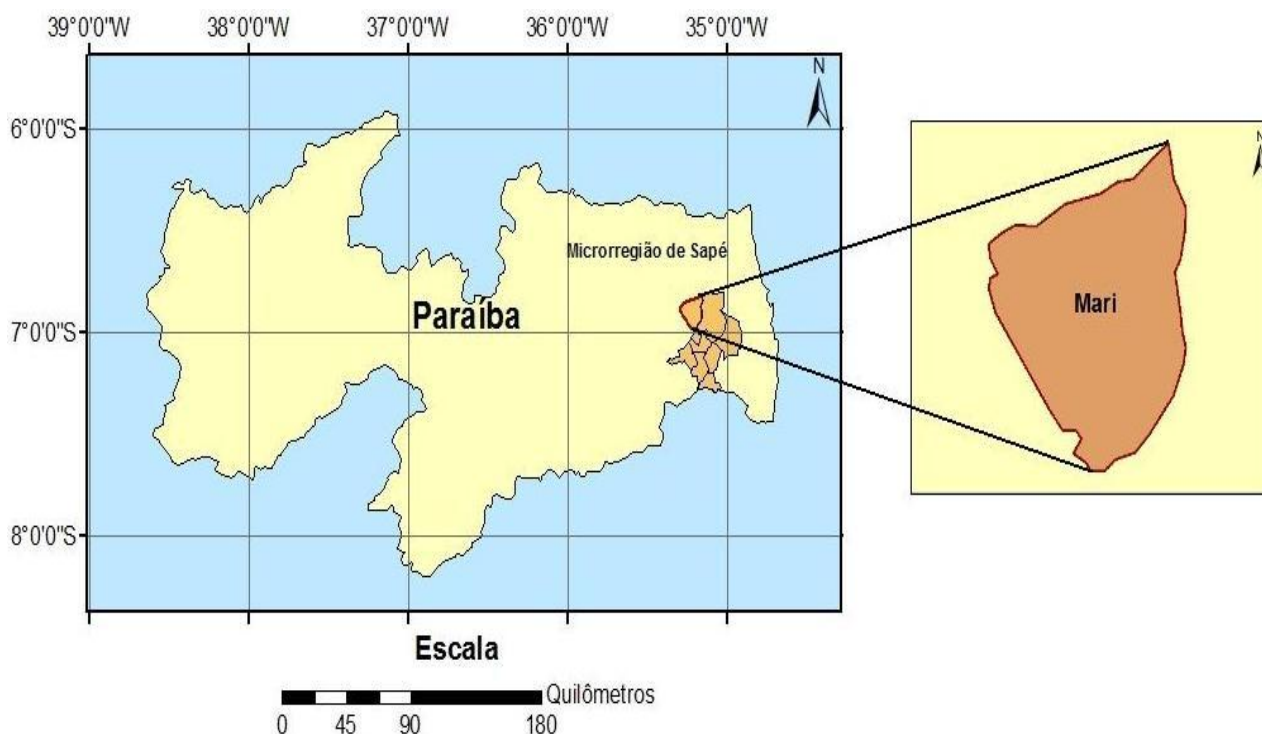
² Este projeto foi desenvolvido pela UFCG, nos anos de 2003 e 2004, com financiamento do PROEXT/SESu-MEC, nos assentamentos: Acauã, no município de Aparecida; Juazeiro, no município de Marizópolis; e Santo Antônio, Frei Damião e Valdeci Santiago, no município de Cajazeiras, no Sertão Paraibano. O projeto foi desenvolvido a fim de contribuir para a formação política dos jovens assentados com vistas à sua inserção cidadã no exercício das relações de poder/saber que eles vivenciam e à construção de ações conjuntas que viabilizem a elaboração e execução de políticas públicas que repercutam nas condições de vida e trabalho nos assentamentos.

Esses problemas merecem ser melhor estudados de modo a contribuir com ações e políticas públicas que permitam e estimulem a permanência dos jovens nos assentamentos, bem como para dar visibilidade aos jovens assentados e destacar o papel que muitos desempenham como sujeitos e protagonistas da reforma agrária na Paraíba.

2. A LUTA PELA TERRA NO ESPAÇO AGRÁRIO DA MICRORREGIÃO DE SAPÉ

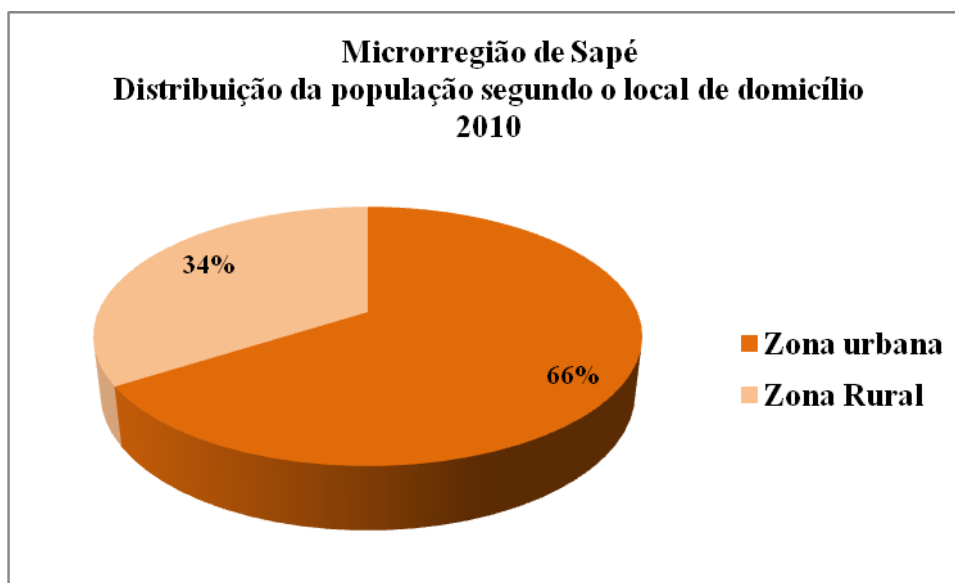
A microrregião de Sapé situa-se na mesorregião da Mata Paraibana (Mapa 1). Sua população segundo o censo de 2010 é de 132.745 habitantes sendo que 66% residem na zona urbana e 34% residem na zona rural (Gráfico 1). Esta microrregião possui nove municípios, quais sejam: Cruz do Espírito Santo, Juripiranga, Mari, Pilar, Riachão do Poço, São José dos Ramos, São Miguel de Taipu, Sapé e Sobrado. O município de maior população é o de Sapé com 50.143 habitantes e o de menor população, o de Riachão do Poço com 4.164 habitantes (IBGE, 2010).

Mapa 1 - Localização geográfica da microrregião de Sapé com ênfase ao município de Mari-PB



Elaborado por Samir Gonçalves

Gráfico 1



Fonte: IBGE, Censo demográfico de 2010.

O espaço agrário da microrregião de Sapé tem uma história relacionada à dominação da atividade canavieira comandada pela mais influente oligarquia rural da região até os anos de 1985 (a família Ribeiro Coutinho), à uma forte concentração da propriedade da terra e à disputa pelo território estabelecida entre camponeses e latifundiários (MOREIRA e TARGINO, 1997).

O maior movimento de luta pela terra na região foi o das Ligas Camponesas que teve sua origem na década de 1940 após a redemocratização do país depois da ditadura do governo Vargas, porém teve uma vida curta. Na década de 1950 as Ligas ressurgem no Estado de Pernambuco e posteriormente se expandem até o estado da Paraíba.

Na Paraíba as Ligas Camponesas surgiram em 1958, e tiveram como seu principal centro de difusão o município de Sapé.

A Liga Camponesa paraibana foi fundada com o nome de Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, mas foi logo em seguida batizada de Liga Camponesa pela imprensa. A primeira diretoria foi composta por: Severino Alves Barbosa, presidente; João Pedro Teixeira, vice-presidente; Pedro Fazendeiro, 1º secretário; Severino José da Silva, 2º secretário; Walter Acioly, tesoureiro; João Alfredo Dias (Nego Fuba), orador; e José Gomes da Silva, advogado. (SOUZA, 1996, p. 31-32).

Esta Liga tinha como principal objetivo lutar por reivindicações do homem do campo, como por exemplo, direito a assistência médica, a assistência jurídica contra ações

de despejo, conforme definia o Estatuto da Liga Camponesa de Sapé no seu Capítulo I, artigo primeiro (apud NOVAES, 1997, p. 39). :

A Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé tem por finalidade a prestação de assistência social aos arrendatários, assalariados, e pequenos proprietários agrícolas do município e áreas vizinhas, bem como a defesa de seus legítimos direitos de acordo com as leis do país.

Novaes (1997) acrescenta ainda que essa assistência aos camponeses da região foi um dos grandes impulsores do movimento, mas vale ressaltar também que neste momento pensava-se também em conquistar a reforma agrária, através da organização e conscientização das massas, pelos caminhos democráticos. (SOUZA, 1996, p. 34).

A liga Camponesa de Sapé teve um crescimento muito rápido resultando num incômodo para os usineiros e latifundiários que começaram a dificultar a atuação do movimento, promovendo atentados violentos, ações de pistolagem contra os camponeses como também a derrubada dos seus casebres, como tentativa de expulsá-los das fazendas. O ponto culminante dessa violência foi a morte do vice- presidente da Liga Camponesa da Paraíba, João Pedro Teixeira. Ele foi assassinado no dia 2 de abril de 1962 com tiros de fuzil no peito em uma emboscada no meio da estrada próxima ao Município Sapé, como relata sua esposa Elizabeth Teixeira:

João Pedro saltou do ônibus, entrou numa mercearia que tinha ali por perto, comprou cigarro e pegou a estrada, caminhando, pra vir pra casa. Eram cinco e meia da tarde. Por ali tem um trecho de mata. Nesse local eles armaram a emboscada. Quando João Pedro ia passando, eles atiraram. No primeiro tiro, João Pedro soltou um gemido bem grande, deram o segundo, o terceiro. Ele tombou sem vida. Uma camponesa que morava ali por perto e que presenciou a morte de João Pedro teve um aborto por causa de tudo o que viu. (BANDEIRA et all, 1997, p. 78)

A morte de João Pedro Teixeira a mando dos latifundiários locais tinha como objetivo o enfraquecimento da Liga Camponesa. Mas o contrário aconteceu, os homens e mulheres do campo passaram a se associar à Liga, que dobrou em dois anos: de 7 mil associados passou para 16 mil. Neste momento, a viúva Elizabeth Teixeira assumiu a presidência da Liga e continuou lutando pelos direitos dos trabalhadores e por justiça para aqueles que tiveram suas vidas destruídas pelo latifúndio.

Como resultado de muitas reivindicações a Liga Camponesa de Sapé teve como conquistas um posto do SAMDU (Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência),

um posto do SAPES (Serviço de Alimentação e Previdência Social), uma agência do Banco do Brasil, aquisição de máquinas agrícolas, sementes, adubos e inseticidas para atender aos camponeses e toda a população do município de Sapé. (SOUZA, 1996).

O principal vilão na repressão deste movimento não foi só os latifundiários, mas o golpe militar de 1964 que permitiu a intensificação das perseguições e a morte de muitos trabalhadores. Durante a ditadura, a Liga Camponesa passou a ser vista como comunista, levando a polícia e o exército a uma perseguição incansável atrás de Elizabeth e dos líderes da Liga.

Com o desmantelamento das Ligas a partir do golpe militar de 1964 e a instalação de um governo autoritário no Brasil, o processo de disputa territorial só foi retomado na segunda metade da década de 1970, em decorrência da expansão da atividade canavieira através da implementação do Proálcool que originou focos de resistência camponesa à expulsão.

A organização camponesa em torno da luta por terra ganhou maior expressão com a instalação da Nova República e de um governo democrático que prometia a realização da reforma agrária no país e com o surgimento do MST a partir de 1985.

No final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, a crise do Proálcool e a entrada do MST no estado transformaram mais uma vez esse território num barril de pólvora. Áreas abandonadas pela cana em sua fase de crise foram ocupadas por camponeses sem terra. A disputa pelo território entre os camponeses sem terra e os produtores de cana proprietários de terra da região resultou na criação de 27 Projetos de Assentamento na região entre 1993 e 2010 abrangendo 23.554,9554 hectares onde foram assentadas 2.446 famílias (v. Quadro 1).

Quadro 1 - Microrregião de Sapé - Projetos de Assentamento criados até 2010

Nome do Imóvel	Nome Projeto Assentamento	Município	Área Desaprop. (ha)	Medida (ha)	Total	Decreto de desapropriação	Data imissão Posse	Data da criação do PA
Campo de Sementes e Mudas	Campo de Sementes e Mudas	Cruz do Espirito Santo	207,0000	200,0685	45	Tranf.	_____	17.05.96
Agropar Eng. Novo	Dona Helena	Cruz do Espirito Santo	762,2700	757,0783	105	04.09.95	07.06.96	02.07.96
Engenho Massangana (Parte)	Massangana I	Cruz do Espirito Santo	991,4000	983,7328	131	10.11.95	23.05.96	02.07.96
Engenho Massangana	Massangana II	Cruz do Espirito	1.300,9000	1325,6833	158	10.11.95	23.05.96	02.07.96

(Parte)		Santo						
Engenho Massangana (Parte)	Massangana III	Cruz do Espirito Santo	816,9000	796,1506	131	10.11.95	23.05.96	15.12.86
Maraú de Cima	Canudos	Cruz do Espirito Santo	1.179,0000	1226,7782	113	22.07.98	17.12.98	21.12.98
Engenho Santana	Engenho Santana	Cruz do Espirito Santo	370,6040	370,5715	55	20.12.93	19.10.94	26.01.95
Fazendas Santana	Santana II	Cruz do Espirito Santo	370,0000	386,6431	55	02.07.96	05.11.96	09.12.96
Fazenda Gendiroba	Tiradentes	Mari	1.719,7000	1400,7942	160	12.05.00	22.12.00	27.12.00
Cafundó	Zumbi dos Palmares	Mari	1.176,5300	1061,6266	85	19.06.01	25.04.02	08.10.04
Fazenda Reunidas Recreio	Nova Conquista	Pilar/S.J. dos Ramos	781,4480	1360,1495	109	09.05.05	24.10.05	032/2005
Faz. Ipanema Faz. Bela Vista	Chico Mendes	Riachão do Poço	1.450,0000	1053,4864	120	30.09.99	24.12.99	28.12.99
Fazenda Mendonça	Dom Marcelo Carvalheira	Mogeirol/Itabaiana/ S. J. Ramos	1.400,0000	1368,4199	70	03.02.04	09.10.04	08.10.04
Eng. Novo Quinhão 9-C	Amarela I	São Miguel de Taipu	523,2500	527,1424	54	25.03.95	01.09.95	13.10.95
Eng. Novo Quinhão 9-B	Amarela II	São Miguel de Taipu	523,4500	424,4059	42	12.01.95	04.10.95	10.11.95
Engenho Itaipu	Novo Taipu	São Miguel de Taipu	800,0000	839,5669	60	19.08.97	18.12.98	21.12.98
Itapuá	Antônio Conselheiro	São Miguel de Taipu	930,1400	947,3078	120	07.10.99	06.01.99	06.01.00
Condominio Tubiacanga	Água Branca	São Miguel do Taipu	523,4500	620,7293	73	21.09.04	31.05.05	014/05
Maravalha	Maravalha	S.Miguel do Taipú	234,7567	234,7567	44	CONV-INCRA-ESTADO	RECONHECIDO	041/05
Mata de Vara	Mata de Vara	S.Miguel do Taipú	566,9567	566,9567	106	CONV-INCRA-ESTADO	RECONHECIDO	025/05
Fazenda Santa Luzia	21 de Abril	Sapé	362,0000	409,9295	60	30.07.96	22.10.96	02.12.96
Fazenda Santa Cruz Gameleira	Padre Gino	Sapé	466,3000	527,802	62	17.09.96	19.11.96	09.12.96
Fazenda Boa Vista	Boa Vista	Sapé	1.165,0000	1047,2591	122	18.10.96	06.12.96	19.12.96
Fazenda Cobé	Vida Nova	Sapé	505,0000	560,9332	68	19.08.97	21.11.97	09.12.97
Santa Helena	Santa Helena	Sapé	3.251,9000	3302,416	201	10.04.97	10.02.98	07.05.98
Cuité	Rainha dos anjos	Sapé	577,0000	384,8666	49	08.07.99	28.12.99	29.12.99
Sapucaia	Nova Vivência	Sobrado	600,0000		48	18.03.98	19.05.98	26.05.98

Fonte: Incra - PB, 2010.

Esse avanço do campesinato sobre o território do latifúndio promoveu impactos sobre a concentração da propriedade da terra. Esses impactos, porém são mais perceptíveis nos municípios onde houve maior desapropriação de terras. No conjunto da microrregião,

embora se observe um arrefecimento do padrão de concentração da terra ele ainda é muito alto.

De fato, segundo o Censo Agropecuário de 2006 do IBGE, predominam na microrregião de Sapé os estabelecimentos menores de 10 hectares, que correspondem a 89,88% do total dos estabelecimentos existentes. Contudo, a área por eles ocupada equivale a apenas 27,2% da área total dos estabelecimentos. Os estabelecimentos com menos de 50 hectares representam 97,0% do total e se apropriam de 39,9% da área agrícola. Enquanto isso se observa que os maiores estabelecimentos, com 200 hectares e mais representam apenas 0,7% do total dos estabelecimentos, mas se apropriam de 40,2% da área agrícola total (Tab. 1). O grau de concentração apresenta maior dimensão quando se considera que os estabelecimentos com mais de 500 hectares que são apenas 15 e representam apenas 0,2% do total dos estabelecimentos agrícolas da microrregião, se apropriam de 13.593 hectares de terra o que representa 22,7% da área agrícola microrregional (Tab. 1).

Tabela 1 - Estrutura Fundiária da Microrregião de Sapé – 2006

Classes de Área (ha)	Nº de estabelecimentos	%	Área dos Estabelecimentos	%
0 a menos de 10	5966	89,88	16260	27,20
De 10 a menos de 20	360	5,42	4.180	7,00
De 20 a menos de 50	112	1,69	3.399	5,70
De 50 a menos de 100	115	1,73	7.103	11,90
De 100 a menos de 200	36	0,54	4.797	8,00
De 200 a menos de 500	34	0,51	10.470	17,50
De 500 a menos de 1000	11	0,17	6.538	10,90
De 1000 a menos de 2500	3	0,05	3.556	5,90
De 2500 e mais	1	0,02	3499	5,90
Total	6638	100,00	59802	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário da Paraíba, 2006.

Dentre os municípios que compõem a microrregião o que apresenta a mais forte concentração fundiária é o de Juripiranga. Neste município, apenas dois estabelecimentos apropriam-se de 53,8% da área agrícola total (Tab. 2). Enquanto isso, 257 estabelecimentos (82,1% do total) possuem menos 10 hectares e se apropriam de apenas 5,1% do total da área agrícola. Os estabelecimentos com menos de 50 hectares representam 92,6%, mas ocupam apenas 12,9% da área agrícola (Tab. 2). Interessante observar que neste município, até 2010, segundo o Incra, nenhum Projeto de Assentamento foi criado, informação que reforça a persistência dessa forte concentração de terras.

Tabela 2 - Estrutura fundiária de Juripiranga - PB – 2006

Classes de Área (ha)	Nº de estabelecimentos	%	Área dos Estabelecimentos	%
0 a menos de 10 ha	257	82,1	380	5,1
De 10 a menos de 20 ha	23	7,3	288	3,8
De 20 a menos de 50 ha	10	3,2	304	4,0
De 50 a menos de 100 ha	12	3,8	636	8,5
De 100 a menos de 200 ha	5	1,6	822	10,9
De 200 a menos de 500 ha	4	1,3	1045	13,9
De 500 a mais de 2500	2	0,6	4039	53,8
De 1000 a menos de 2500 ha	0	0,0	0	0,0
Produtor sem área	0	0,0	0	0,0
Total	313	100,0	7514	100,0

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário da Paraíba, 2006.

Já o município da microrregião com a menor desigualdade na distribuição de terras é o de São Miguel de Taipu. De fato, segundo o Censo Agropecuário do IBGE (2006), mais da metade do total da área agrícola deste município está nas mãos dos estabelecimentos menores de 10 hectares (Tab.3).

Os estabelecimentos com menos de 50 hectares que representam 98,6% do total dos estabelecimentos se apropriam de 67,8% da área agrícola (Tab. 3). Percebe-se neste caso o importante impacto sobre a estrutura fundiária causado pela criação de 7 Projetos de Assentamento no município entre 1995 e 2005 (Quadro 1), responsáveis pela transformação de 6 imóveis pertencentes a seis proprietários, em assentamentos que

abrigam hoje 499 famílias. Verifica-se assim a importância da luta pela terra e da política de reforma agrária para garantir uma melhor distribuição da propriedade e um maior acesso à terra a população excluída da mesma.

Tabela 3- Estrutura fundiária de São Miguel de Itaipu PB – 2006

Classes de Área (ha)	Nº de estabelecimentos	%	Área dos Estabelecimentos	%
0 a menos de 10	580	93,2	2799	57,3
De 10 a menos de 20	26	4,2	303	6,2
De 20 a menos de 50	7	1,1	208	4,3
De 50 a menos de 100	5	0,8	390	8,0
De 100 a menos de 1000	4	0,6	1188	24,3
Total	622	100,0	4888	100,0

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário da Paraíba, 2006.

2.1 Espaço agrário e luta pela terra no município de Mari

O município de Mari está localizado no Estado da Paraíba na mesorregião da Mata Paraibana, mais especificamente na microrregião de Sapé. Limita-se ao Norte com os municípios de Araçagi e Mulungu, ao Sul com o município de Riachão do Poço, a Leste com Sapé e a Oeste com o município de Caldas Brandão (Mapa 1) e abrange 155 km².

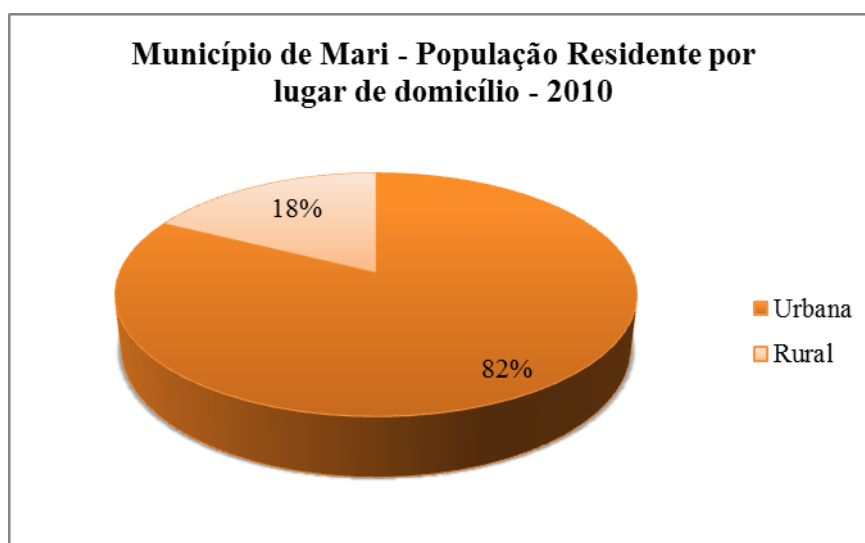
De acordo com o IBGE³, o município surgiu a partir de um povoado denominado Araçá que se constituiu a partir da construção de uma estação ferroviária em 1873, decorrente da passagem da Estrada de Ferro CWRB (hoje Rede Ferroviária do Nordeste) pelo lugar. Em 1900, a construção de uma Capela atraiu mais população e foi então criada a primeira rua do povoado com o nome de Rua do Comércio. Em 1938 o povoado transformou-se em Distrito de Araçá pertencente ao município de Sapé. Pelo decreto lei estadual nº 520, de 31-12-1943, o distrito de Araçá passou a denominar-se Mari. Em divisão territorial datada de 1-07-1950, o distrito de Mari, ex-Araçá, figura no município

³ <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

de Sapé, assim permanecendo até 1958 quando foi elevado à categoria de município com a denominação de Mari, pela lei estadual nº 1862, de 19-09-1958, desmembrado de Sapé.

Em 2010, de acordo com o IBGE a população residente em Mari correspondia a 21.176 pessoas das quais 17.455 (82%) concentravam-se na zona urbana e 3.721 (18%) residiam na zonal rural (Gráfico 2). Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.56, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano-PNUD (2000).

Gráfico 2



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010.

A atividade agrícola de Mari sempre esteve relacionada à produção de alimentos e de matérias primas com destaque para o fumo de rolo, o abacaxi e a cana-de-açúcar. O fumo de rolo foi introduzido no município em 1946 por duas famílias que ali se instalaram: as famílias de Manoel de Paula Magalhães e de José Leão de Oliveira, procedentes de Alagoas⁴. A cana-de-açúcar está presente nas combinações agrícolas municipais desde o período colonial. O abacaxi, segundo Moreira e Targino (1997), foi introduzido na Paraíba na década de 1930 e Mari foi uma das primeiras áreas de cultivo. Em 1980 Mari, Mamanguape e Sapé eram os maiores produtores de abacaxi do estado.

No que se refere ao fumo de rolo verifica-se uma queda substancial da produção no município, nomeadamente a partir da década de 1990. Na década de 2000 verificou-se um

⁴ CF. IBGE, <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

total desmantelamento da produção. Em 2009 apenas 8 hectares de fumo foram plantados no município (IBGE, 1990-2009).

Da mesma forma que o fumo, o abacaxi, cultura tradicional do município, também sofreu um forte recuo na sua produção a partir da década de 1990. Em 2009 o IBGE registrou apenas 60 hectares plantados com esta lavoura. Em contrapartida, a cana-de-açúcar que de 1990 até 2003 vinha vivenciando uma forte crise e apresentando um recuo considerável de sua área cultivada, apresenta uma recuperação a partir de 2004 tanto na área plantada quanto na quantidade produzida e no valor da produção.

Os principais produtos alimentares do município são a mandioca, o principal deles, o feijão, o milho e a batata-doce.

A estrutura fundiária do município de Mari ainda é fortemente concentrada. Como pode ser observado na tabela 4, os estabelecimentos com menos de 10 hectares que representam 87,8% do total ocupam apenas 22,8% das terras agrícolas. Os estabelecimentos com menos de 50 hectares, por sua vez, representam 96,2% do total e se apropriam somente de 35,9% da área agrícola. Em contrapartida, os estabelecimentos maiores de 200 hectares que somam apenas 11 ou 1,3% do total se apropriam de 46,3% da área agrícola (Tab. 4).

Tabela 4- Estrutura fundiária de Mari - PB - PB – 2006

Classes de Área (ha)	Nº de estabelecimentos	%	Área dos Estabelecimentos	%
0 a menos de 10	712	87,8	2439	22,8
De 10 a menos de 20	35	4,3	455	4,3
De 20 a menos de 50	33	4,1	944	8,8
De 50 a menos de 100	11	1,4	696	6,5
De 100 a menos de 200	9	1,1	1205	11,3
De 200 a menos de 500	9	1,1	2818	26,3
De 500 a menos de 2500 ha	2	0,2	2138	20
Total	811	100,0	10695	100

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006

Essa concentração da propriedade da terra no município é histórica. A ela se associa a exploração do trabalho camponês e assalariado o que motivou conflitos e tragédias.

De fato, Mari é um dos municípios onde atuaram as Ligas Camponesas da Zona da Mata Paraibana e a sua história agrária recente é marcada por um episódio trágico envolvendo camponeses e proprietários em 1964.

A organização de camponeses, por parte do presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Mari, para realização de mutirões para plantar lavouras nas propriedades do município culminou em um confronto entre pistoleiros armados sob o comando da mais importante oligarquia rural da várzea paraibana à época, a família Ribeiro Coutinho e os camponeses.

No dia 15 de janeiro de 1964 uma comissão formada por camponeses do Sindicato de Mari visitaram a fazenda Santo Antônio, pertencente a D. Anunciada Ribeiro Coutinho, esposa do Usineiro Ribeiro Coutinho. Chegando lá foram ameaçados pelo administrador com um revólver “Colt 45”. Os camponeses reagiram e se apoderaram da arma. Em poder do “Colt 45”, os camponeses se dirigiram para a fazenda do Sr. Manuel de Paula Magalhães e a entregaram ao presidente do Sindicato, o senhor Antônio Galdino (SOUZA, 1996).

A direção das Usinas São João e Santa Helena, do Grupo Ribeiro Coutinho logo se organizou para conseguir o “Colt 45” de volta. Representantes dos usineiros foram fortemente armados em várias fazendas até localizar o presidente do Sindicato, pediram-lhe a arma e o mesmo devolveu. Quando tudo parecia estar resolvido, alguém do grupo colocou um chocalho no pescoço de Antônio Galdino. Então os camponeses reagiram e um integrante do grupo das Usinas atirou no Presidente do Sindicato, matando-o na hora. Um confronto entre os dois grupos se estabeleceu e resultou num saldo de onze pessoas mortas. Este episódio ficou conhecido como a “tragédia de Mari”. (SOUZA, 1996)

Depois da tragédia a ocupação da propriedade Olho d’Água onde ocorreu o conflito, foi legalizada através de cessão de usufruto aos camponeses.

Com o golpe militar em 1964, os movimentos de luta pela terra foram sufocados e em Mari, só com a chegada do MST no ano 2000 é que a organização dos camponeses foi retomada através da ocupação de latifúndios.

O primeiro imóvel ocupado pelos camponeses organizados pelo MST no município foi a fazenda Gendiroba, com mais de 1.700,0 hectares, pertencente ao um dos membros da família Ribeiro Coutinho, Carlos Ribeiro Coutinho e voltada para a produção de cana-de-

açúcar. Essa ocupação teve como resultado a desapropriação do imóvel e a criação do Projeto de Assentamento Tiradentes em 22 de dezembro de 2000 onde foram assentadas 160 famílias. Uma segunda ocupação realizada pelo MST em Mari deu origem ao Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares cuja história de luta e forma de organização atual serão apresentadas a seguir.

3. O PA ZUMBI DOS PALMARES E O PROTAGONISMO DOS JOVENS ASSENTADOS

O Assentamento Zumbi dos Palmares está situado no município de Mari-PB, mais precisamente próximo à rodovia PB-055 a 6 km da sede do município e a 95 km da capital paraibana, João Pessoa. O acesso ao Assentamento é relativamente fácil, com grande parte de estrada asfaltada e uma porção menor de terra (Fig. 1). O Assentamento situa-se em uma altitude média de 138 metros em relação ao nível do mar, entre as coordenadas geográficas de 07 01' 02" de latitude sul e de 35 19' 32" de longitude oeste.

Figura 1: Croqui do trecho percorrido de João Pessoa ao PA Zumbi dos Palmares.



Disponível em: <http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl> (adaptado)

Acesso em 28/11/2011

Sua área total é de 1.062.1501 ha, dos quais, aproximadamente 212,7120 hectares constituem uma reserva legal e cerca de 700,0 hectares são aproveitados pelas 85 famílias assentadas, sendo que cada família detém um pouco mais de 8 hectares. O restante da área é ocupada por uma Igreja, a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento, a agrovila e as estradas vicinais.

Segundo o diagnóstico dos solos do Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares⁵ o PA apresenta topografia que varia de plana a suavemente ondulada, com altitude entre 50 e 100 m. A geologia é formada de biotita-xisto, gnaiss e granito. Pode-se dizer que ele possui esta característica de relevo devido a estar situado sobre o compartimento geomorfológico dos Baixos Planaltos Costeiros que são constituídos por uma superfície semi-tabular e se estendem no sentido norte-sul, por todo o litoral do estado da Paraíba, alcançando até 60 km no sentido leste-oeste. São formados pela acumulação de depósitos de origem continental, originados a partir da erosão do material desagregado da Borborema, em períodos repetitivos de resistasia (CARVALHO, 1982 apud MOREIRA 2006b).

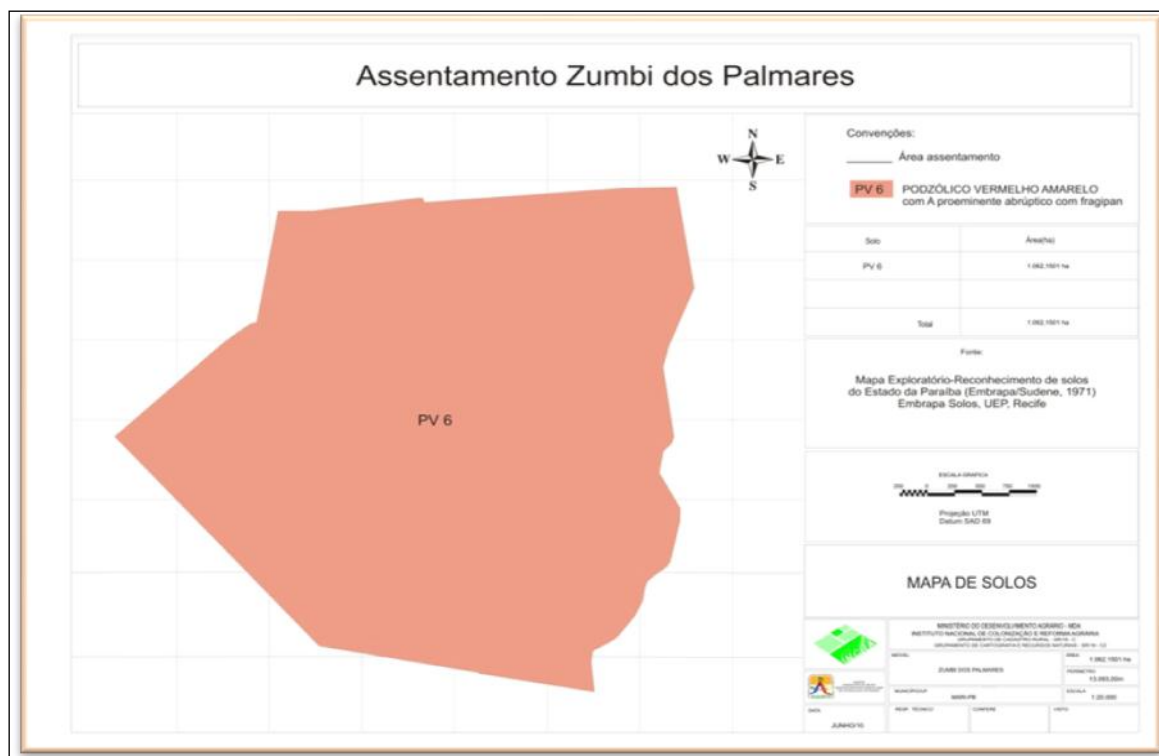
A respeito dos solos, de acordo com o relatório mencionado, o PA localiza-se no polígono de solo Podzólico Vermelho Amarelo (Mapa 2), que apresenta algumas limitações, quais sejam: pequenos problemas para o manejo em relação à textura, quando úmido; profundidade efetiva baixa em algumas áreas; pedregosidade em algumas áreas pode limitar o uso. Trata-se, portanto de um solo passível de utilizar e implementar uma exploração com algumas limitações apresentando condições para um aproveitamento agrícola racional.

Cabe acrescentar, que segundo o atual técnico agrícola do Assentamento, alguns trechos do PA apresentam solos bastante degradados, isto em decorrência de terem sido utilizados por longos anos com as culturas da cana-de-açúcar e do fumo.

É importante ressaltar que segundo a equipe de vistoria do Incra que elaborou o PDA, 30% das terras (319, 0680 ha) estão enquadradas na Classe IV de solos, considerados como de grandes limitações permanentes e limitações muito severas quando usadas para culturas anuais (Mapa 3).

⁵ Relatório inserido como anexo 1 no Plano de Desenvolvimento Agrícola do PA que foi disponibilizado pela Superintendência Regional do INCRA-João Pessoa/PB.

Mapa 2 - Solos do Assentamento Zumbi dos Palmares



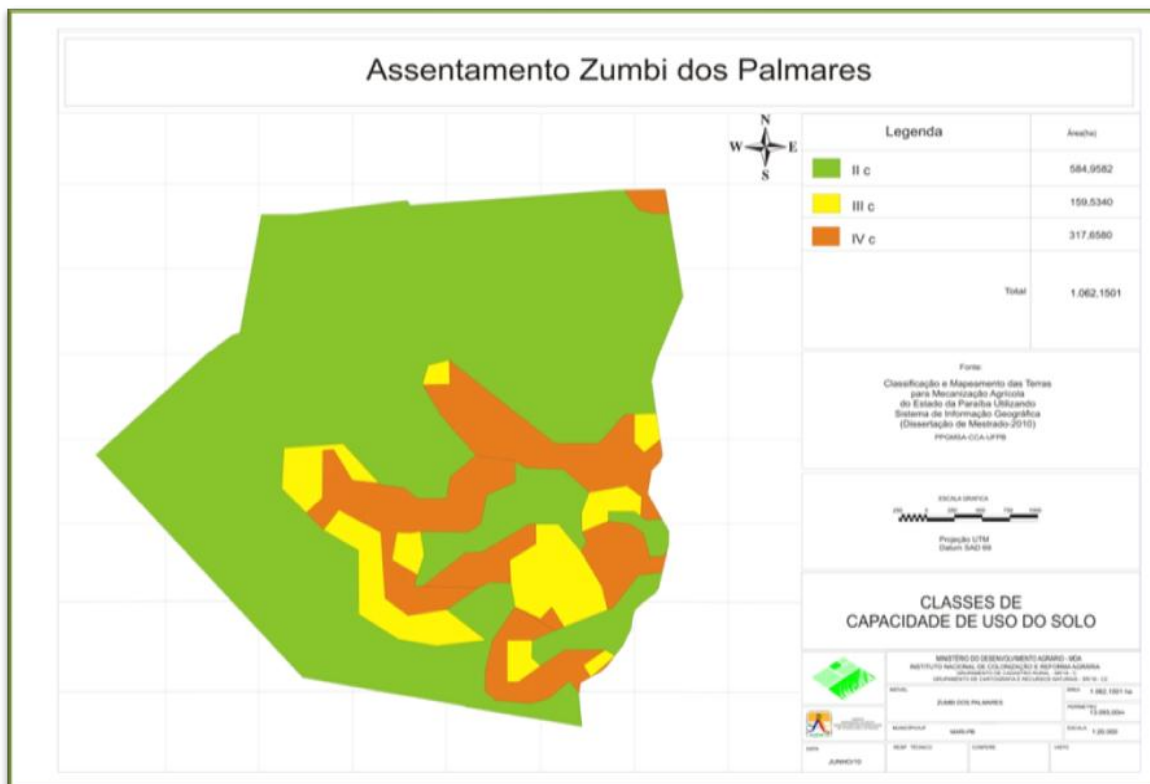
Fonte: EMBRAPA Solos (2010). Disponível no Relatório Técnico sobre Diagnóstico de Solos do Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares

No que tange aos recursos hídricos, o PA possui nove nascentes que equivalem ao total de 9,14 ha, um açude de caráter permanente com 5,35 ha, além de 83 poços perfurados que possuem boa potabilidade e são utilizados para o consumo animal e humano como também podem ser utilizados para a prática da agricultura irrigada. Porém vale salientar que mesmo a água sendo de boa qualidade, as famílias assentadas realizam tratamento de água com o uso de cloro nas cisternas.

No caso da flora, de acordo com a equipe de elaboração do PDA, o Assentamento possui uma vegetação secundária predominantemente arbustiva/arbórea, encontrada principalmente na área de reserva e alguns resquícios da vegetação do Agreste. Algumas espécies são remanescentes da Mata Atlântica. Existem também espécies herbáceas e algumas árvores dispersas nas áreas de cultivo (lotes).

Quanto à fauna, constatou-se neste mesmo relatório que algumas espécies desapareceram devido ao uso intensivo da terra com a atividade agrícola. Além disso, a exploração dos lotes também impacta sobre a vegetação nativa, automaticamente acarretando a diminuição da fauna.

Mapa 3 - Classes de capacidade de uso do solo do Assentamento Zumbi dos Palmares



Fonte: INCRA. Relatório Técnico sobre Diagnóstico de Solos do Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares. In PDA do PA Zumbi dos Palmares, 2009.

Referente aos dados sobre as famílias assentadas, de acordo com a pesquisa realizada em junho de 2011, foi possível traçar o perfil das 9 famílias entrevistadas que correspondeu a informações sobre 44 pessoas. As famílias são compostas em média por 5 pessoas. Do total das pessoas das famílias entrevistadas 50% são do sexo masculino e 50% do sexo feminino (Tab. 5).

No que tange a faixa etária dos membros das famílias constatou-se a predominância de jovens e crianças⁶. As crianças representam 20,5% do total dos membros das famílias sendo que deste total 31,8% são do sexo feminino e 9,1% do sexo masculino. Os jovens na faixa etária de 15 a 24 anos representam 36,4% do total dos membros das famílias entrevistadas sendo que destes, 27,3% são do sexo feminino e 45,5% são do sexo masculino.

Os adultos considerados como aqueles que se inserem na faixa etária de 25 a 60 anos representam 34,1% do total dos membros das famílias. Nessa faixa de idade também

⁶ Foram considerados como crianças a população com idade de menos de 1 até 14 anos.

predomina o sexo masculino. Foram identificados apenas 4 idosos (menos de 10% da população) sendo 2 do sexo masculino e 2 do sexo feminino (Tab. 5).

Com base no exposto constata-se a forte presença da população infanto-juvenil na amostra, com destaque para a importante presença de jovens. Se esse quadro for representativo da realidade do Assentamento pode-se afirmar que é grande a presença da juventude assentada no mesmo, o que remete à preocupação com o futuro da mesma e com a questão relativa à sua participação na consolidação do Assentamento, pois essa faixa etária possui um forte potencial de mão-de-obra para a execução das atividades no PA.

Tabela 5 – PA Zumbi dos Palmares. Composição das famílias entrevistadas por idade e sexo.

Faixa etária	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0 – 14	2	9,1	7	31,8	9	20,5
15 – 24	10	45,5	6	27,3	16	36,4
25 – 60	8	36,4	7	31,8	15	34,1
Mais de 60	2	9,1	2	9,1	4	9,1
Total	22	100,0	22	100,0	44	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, Junho de 2011

Das 9 famílias entrevistadas, sete são oriundas da própria Zona da Mata (uma do município de Sapé, uma do município de Santa Rita, duas do município de João Pessoa e três do município de Mari) e duas vieram do Agreste (ambas do município de Belém). A maioria das famílias sempre foi ligada à agricultura, algumas trabalhavam alugado na cana-de-açúcar, ou arrendavam suas terras para as usinas plantarem esta cultura. Também tem famílias de origem urbana sem tradição agrícola, cujos chefes de família trabalhavam na construção civil.

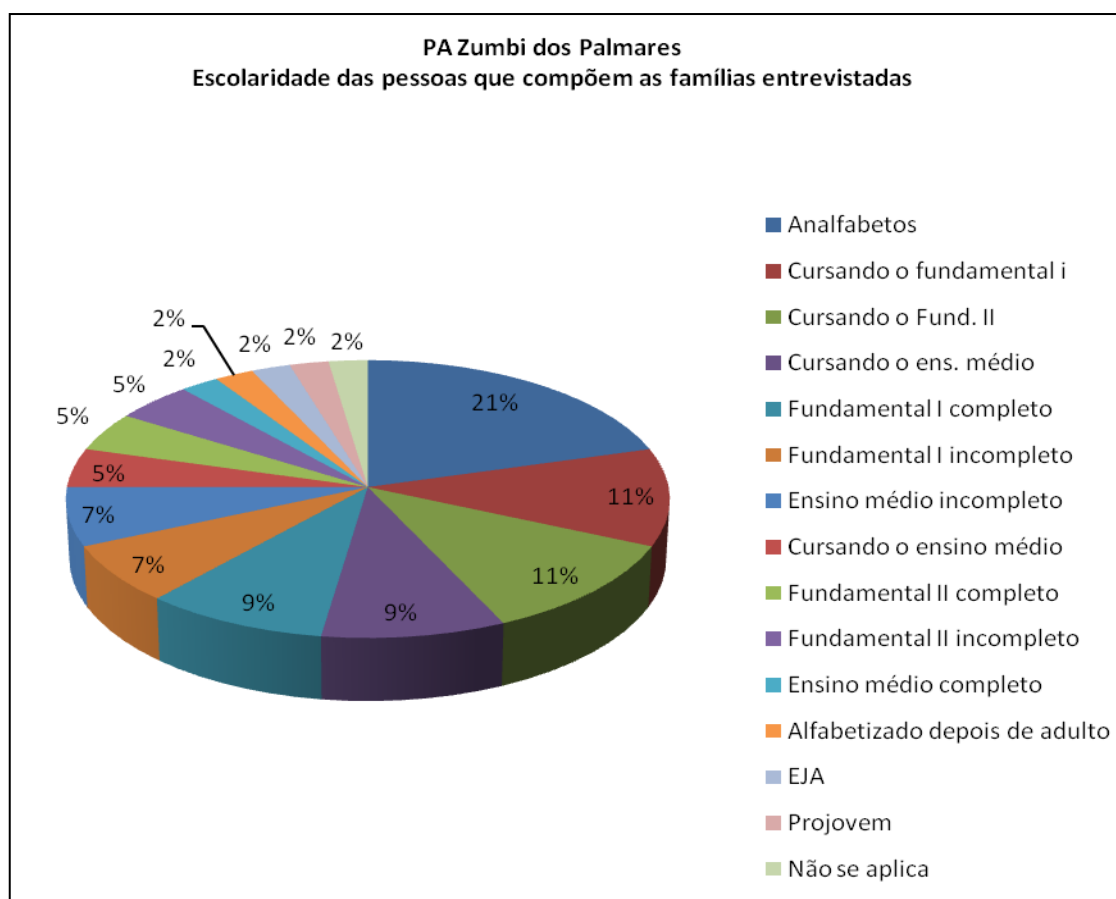
Das 44 pessoas que compõem as famílias entrevistadas 1 só foi alfabetizada depois de adulta; 9 são analfabetos⁷; 5 estão cursando o ensino fundamental I e 5 cursam o ensino fundamental II; 4 estão cursando o ensino médio; 4 concluíram o ensino fundamental I, mas deixaram de estudar; 3 deixaram de estudar antes de completar o ensino fundamental I

⁷ Segundo a UNESCO, 1978 “uma pessoa funcionalmente analfabeta é aquela que não pode participar de todas as atividades nas quais a alfabetização é requerida para uma atuação eficaz em seu grupo e comunidade, e que lhe permitem, também, continuar usando a leitura, a escrita e o cálculo a serviço de seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento de sua comunidade” (INFANTE, 1994, p. 7 apud RIBEIRO, 1998, p. 1).

e 3 deixaram de estudar antes de completar o ensino médio; 2 estão cursando o ensino médio; 2 têm o ensino fundamental II completo e 2 têm o ensino fundamental II incompleto e abandonaram os estudos; 1 tem o ensino médio completo; 1 frequenta o EJA(Educação de Jovens e Adultos) e 1 frequenta o Projovem Campo. Um dos componentes da família não tinha idade escolar (Gráfico 3).

Observa-se com base no exposto um baixo nível de escolaridade dos assentados. Entre os analfabetos 4 têm mais de 60 anos, ou seja são camponeses idosos, 4 estão na faixa etária de 40 a 57 anos e 1 tem apenas 25 anos. Nota-se também que na amostra não há nenhum membro das famílias cursando ou que cursou o nível superior. Além disso, é grande o abandono dos estudos antes de completar o ensino fundamental e médio.

Gráfico 3



Fonte: Pesquisa de campo, junho de 2011.

As casas foram construídas dentro dos padrões, determinados pelo o Incra com 50m² quadrados e são de tijolos. Os recursos foram liberados para a Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Zumbi dos Palmares, que contratou a mão de

obra para a construção das 84 casas (uma já estava construída). As residências possuem fossa seca, a água é retirada dos poços e são consideradas pelos assentados de boa qualidade. Todo o PA tem acesso à energia elétrica desde 2006, quando houve a implantação do programa do governo federal Luz para Todos (Fig.2). O Assentamento também possui um orelhão e a maioria dos assentados possui celular.

Figura 2 – Visualização do PA Zumbi dos Palmares onde se observa as ruas sem a presença de asfalto e postes de luz elétrica.



Fonte: Nielson Polucena – Junho de 2011

Há uma escola que se localiza logo na entrada do PA, criada no ano de 2008 pelo município depois de muitas reivindicações dos assentados, como relata uma professora da escola:

O primeiro momento de mobilização por essa escola foi na marcha de 2005, que foi de Goiânia à Brasília⁸. Essa foi incluída como uma das demandas da marcha nacional, e nesse momento foi acertado que seria obrigação dos estados a construção dessas escolas, que a verba viria do governo federal, porém seria responsabilidade do estado. E aqui ficou de se construir 10 escolas. Então a mobilização foi em 2005, e a escola só foi construída em 2008, então se passaram três anos para escola ser construída, e foram três anos de luta, em todas as mobilizações que ocorriam no Incra sempre essa construção dessas escolas entravam como

⁸ Trata-se da Marcha do MST para Brasília.

pauta. (Professora da Escola Zumbi dos Palmares, militante do MST. Mari, fevereiro de 2010, apud OLIVEIRA, M. 2010, p.112)

A escola atende alunos de 1º ao 5º ano. Sua administração é feita pelo próprio Assentamento e o pagamento dos funcionários e professores é efetuado pelo município.

Do ponto de vista da infraestrutura, a escola possui 2 salas, 2 banheiros, 1 sala de computação, 1 sala para os professores, secretaria, sala de reunião e um pátio central. Ela atende tanto aos assentados como também aos acampados. Seu funcionamento é diurno e noturno e tem 53 alunos matriculados. O corpo docente é formado por 3 professores, sendo que um deles reside no próprio Assentamento e os outros 2 no município de Mari.

Esta escola possui 2 projetos de Educação de Jovens e Adultos, quais sejam: EJA e o Projovem Campo. Seus principais problemas se dão em função da existência de poucas salas de aula para atender a demanda, além também da falta de participação das famílias. Um dos pontos positivos que a escola apresenta é a sua proximidade das casas dos assentados.

As crianças que frequentam até o 5º ano do ensino fundamental regra geral estudam na escola do Assentamento. A partir dessa série crianças e jovens estudam nas escolas do município de Mari. Para tanto eles contam com um ônibus que a prefeitura disponibiliza para o deslocamento dos mesmos, porém, segundo relatos de alguns, esse transporte coletivo está em condições precárias. Além disso, também não passa diariamente pelo Assentamento, deixando muitos jovens sem poderem se deslocar até a escola.

No que tange às condições de saúde, o PA possui 1 posto de saúde desde 2003, posto este obtido a partir de muitas reivindicações feitas pelo MST junto ao ex-prefeito. O atendimento é realizado por apenas 1 médico (clínico geral), que oferece consultas às famílias todas as segundas-feiras; 1 enfermeira (que mora no próprio Assentamento) e atende 2 vezes por semana e 1 agente de saúde. Quando precisam de um diagnóstico mais preciso os assentados recorrem às sedes municipais de Mari e de Sapé. Já em caso de urgência eles buscam atendimento nos hospitais de João Pessoa.

Para buscar melhorar a saúde dos assentados, no ano de 2004 o MST promoveu um curso sobre plantas medicinais, e em seguida implantou um projeto de horta-medicinal. Mais recentemente em maio do corrente ano, um grupo de estudantes da UFPB ministrou outro curso sobre plantas medicinais.

No Assentamento, a prefeitura não realiza a coleta de lixo. Então cerca de 90% dos assentados queimam ou enterram e a menor parcela dos mesmos 10%, jogam o lixo a céu aberto ou em lixão.

Do ponto de vista religioso, no Zumbi dos Palmares existe uma igreja protestante da Assembleia de Deus (Fig. 3) onde ocorrem os cultos semanais com reuniões de um coral para crianças, jovens e adultos. Além dessa igreja os assentados estão discutindo a construção de uma capela.

Figura 3. Única Igreja localizada dentro do Assentamento Zumbi dos Palmares.



Fonte: Áurea Régia – junho/2011

No Assentamento atualmente se produz macaxeira, milho, inhame, verduras, hortaliças, frutas (coco-da-baía, manga, laranja, maracujá, caju) e principalmente feijão, milho e mandioca.

O abacaxi é cultivado por 2 famílias, enquanto o feijão, o caju, a batata doce, a macaxeira e a mandioca são cultivados por todas as famílias. (Figs 4 e 5)

As práticas agrícolas utilizadas pelos assentados são: a correção do solo feita com calcário e esterco de boi. A irrigação é praticada por algumas famílias e a adubação química é realizada por 40% delas. Além disso, os assentados recebem assistência técnica de 1 técnico agrícola, 1 engenheiro agrônomo e 1 assistente social.

Figuras 4 e 5. Lavouras alimentares cultivadas no interior do PA Zumbi dos Palmares.



Fonte: Áurea Régia – junho/2011

Os assentados também criam gado bovino, porcos, cabras e 80% deles criam galinha (Figs 6 e 7), pato, peru numa área de 1 ha ao redor da casa. Os animais são destinados em parte para o consumo próprio e em parte à comercialização. Eles também criam cavalos para o uso como transporte.

Figura 6 e 7– A galinha é a principal ave criada pelos assentados e seu uso é destinado ao autoconsumo e à comercialização



Fonte: Nielson Polucena – Junho de 2011

No que tange à produção coletiva, o Assentamento possui apenas um grupo composto por 6 famílias que cultivam macaxeira e mandioca. Atualmente não existem

formas coletivas de beneficiamento da produção, mas existe um projeto em andamento para a construção de uma casa-de-farinha que para ser aprovado pela prefeitura falta apenas a vistoria de um engenheiro da própria prefeitura de Mari.

A comercialização da produção varia de acordo com os produtos: a mandioca é vendida por meio de atravessadores que vão ao Assentamento a cada 15 dias e pagam 15 centavos por kg. Esta produção é destinada aos municípios de Vivência e Feira Nova, ambos localizados no estado de Pernambuco. Os outros produtos como as hortaliças e o maracujá são comercializados em supermercados e nas feiras livres do município de Mari.

No que se refere ao meio ambiente, o PA possui uma Reserva Legal com 218,125 ha. As APPs (Áreas de Preservação Permanente) totalizam 32,6975 hectares (Mapa 4) e são caracterizadas por apresentarem matas ciliares que possuem 4,1629 hectares. Segundo o relatório técnico realizado no PA em 2009, estas áreas apresentavam riscos de assoreamento dos corpos hídricos e das barragens, o que ocasionaria perdas econômicas e ambientais decorrentes da implementação de pastagens. O restante da área é composto por 28,8046 ha de vegetação nativa em estágio médio de sucessão, por interferência antrópica.

Existe uma preocupação dos assentados em cuidar do meio ambiente, porém com certa resistência, pois os mesmos não querem deixar parte do lote, que segundo eles poderia servir para a plantação, destinado para a preservação⁹ do meio ambiente, uma vez que a área dos lotes é muito pequena.

Neste sentido, é importante aliar o processo de produção com o desenvolvimento de sistemas que tenham “sustentabilidade” como base, isso é um desafio que deve ser superado pelas famílias assentadas, como também das equipes de assistência técnica que desenvolve atividades neste Projeto de Assentamento.

⁹ Preservação é a ação de proteger, contra a destruição e qualquer forma de dano ou degradação, um ecossistema, uma área geográfica ou espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção, adotando-se as medidas preventivas legalmente necessárias e as medidas de vigilância adequadas.
Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf>

pelo MST de terras improdutivas que constatou que a fazenda de propriedade de Laureano Casado da Silva estaria nessas condições.

Durante o período do acampamento houve muitos conflitos com o proprietário da fazenda. Sua reação à ocupação foi agressiva, através de pistolagem e de constantes ameaças de morte ao acampados, como relata um assentado:

A pessoa debaixo da lona corre o risco de dormir e nem acordar. A gente recebe ameaça, tinha os pistoleiros que passava pela pista ameaçando a tocar fogo nas barracas... tinha noite que eu não dormia, eu ficava de tocaia prá num acontecer nada com os meus filhos e meus netos...” (depoimento de um assentado do Assentamento Zumbi dos Palmares.19 de junho de 2011).

Em abril de 2002 o Incra se imitiu na posse da terra, mas os proprietários recorreram e ganharam na 2ª vara agrária de Pernambuco e conseguiram novamente o título da propriedade.

Segundo o relato de Lucinaldo Pedro da Silva (2º Suplente Fiscal da Cooperativa presente no PA Zumbi dos Palmares), em fevereiro de 2003, cerca de 25 pistoleiros tocaram fogo em 20 barracas, dispararam vários tiros, agrediram os trabalhadores, roubaram aparelhos eletrodomésticos dos acampados. Estavam em busca das lideranças do movimento, que não se encontravam naquele dia na área. Depois deste episódio cerca de 40 famílias foram embora da terra com medo.

Em junho de 2004, ocorre uma nova imissão de posse e o PA Zumbi dos Palmares foi oficialmente criado em 08 de outubro de 2004. Inicialmente o PA foi chamado de Che Guevara, mas a partir de estudos sobre as ligas camponesas os assentados optaram pela mudança de nome para Zumbi dos Palmares por acharem mais representativo na luta pela liberdade para o povo.

Inicialmente foram assentadas 74 famílias, embora o INCRA alegasse que a área era para 60 famílias. Em comum acordo entre o INCRA e MST foram cadastradas 74 famílias. Logo em seguida foi criada uma portaria onde se permitiu o cadastro de mais 04 famílias, passando o PA a ter 78 famílias cadastradas. Depois mais uma portaria foi criada e desta vez 07 famílias foram cadastradas, totalizando oficialmente perante o Incra 85 famílias cadastradas.

Atualmente a ação do Incra no Assentamento consiste na realização de vistorias com assistência técnica uma vez por mês, esta é feita pela a Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), há também o apoio do Incra a um grupo composto por 10 mulheres

que estão se organizando para criação de uma mini padaria. A atuação do Estado junto ao Assentamento consiste no fornecimento de sementes para o plantio uma vez por ano.

Já a ação do município depois da criação do Assentamento foi apenas o fornecimento de um ônibus escolar para o deslocamento dos alunos, porém segundo os assentados ele funciona em péssimas condições.

Diante dessas considerações pode-se concluir que a luta desses trabalhadores sem terra foi uma luta pela reforma agrária, pelos direito de viver e trabalhar na terra.

3.2. Os jovens do Assentamento Zumbi dos Palmares

De acordo com o censo demográfico de 2010, os jovens brasileiros na faixa etária de 15 a 24 anos, correspondem a 34,2 milhões de pessoas, o que equivale a 17,9% da população total. Nas áreas rurais vivem 5,4 milhões de jovens o que representa 15,8% do total dos jovens residentes no Brasil (IBGE, 2010).

Na Paraíba os jovens entre 15 e 24 anos correspondem a 699.478 pessoas que representam 18,5% da população total (IBGE, 2010). Nas áreas rurais residem 178.320 jovens ou o equivalente a 19,2% da população residente em áreas rurais no estado.

Na microrregião de Sapé os jovens representavam 18,4% da população total e 20% da população rural (IBGE, 2010). Parcela importante dessa população jovem vive em áreas de assentamento.

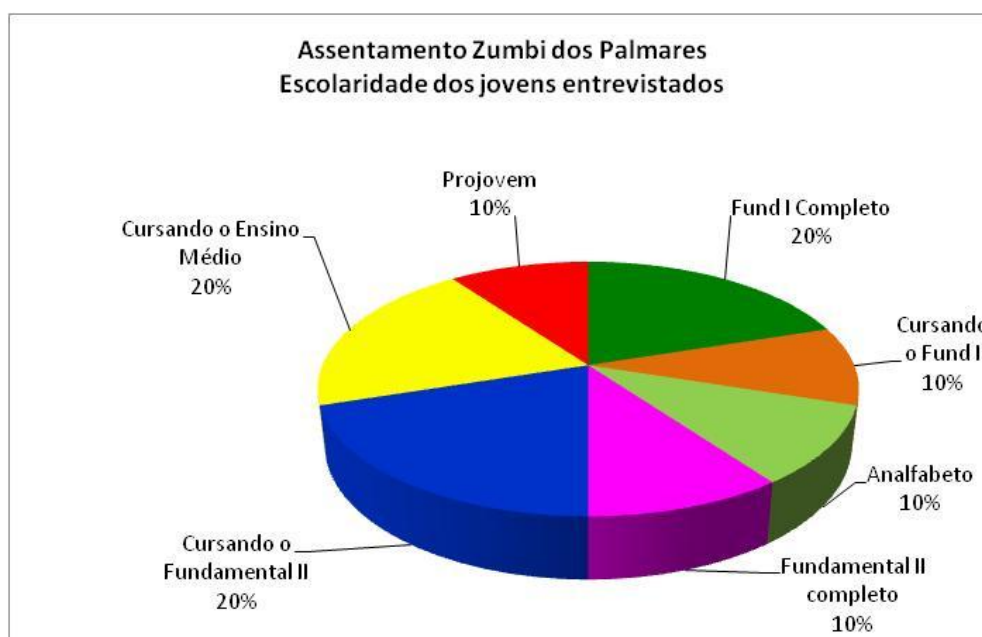
Dos dez jovens que aceitaram participar da enquête seis pretendem permanecer no Assentamento, pois gostam de estar próximos de seus familiares, além disso, para eles, o lugar proporciona mais liberdade e tranquilidade. É importante registrar a fala de um desses jovens, quando diz que “(...) *por enquanto eu quero ficar aqui, mas se aparecer uma oportunidade pra mim trabalhar fora daqui na cidade, aí eu aproveito e tento seguir*”. Então, vemos que mesmo querendo ficar no Assentamento o mesmo não descarta a possibilidade de sair do PA.

Sobre o processo de luta 6 afirmaram que gostaram de lutar por um pedaço de chão e 4 relataram as dificuldades encontradas durante esse período. Eles disseram que viviam sob constantes ameaças de morte, além de, em certos momentos, terem sofrido com a falta de comida no acampamento. Nem todos os jovens acharam a experiência gratificante, isto

pode ser observado na fala de um dos jovens entrevistados quando ele diz: “*eu não me agrado em tirar terras dos outros*”.

No que tange a escolaridade dos jovens entrevistados constatamos que 1 jovem é analfabeto, 3 estão cursando o ensino fundamental (I ou II), 3 têm o ensino fundamental completo (I ou II), 1 frequenta o Projovem e 2 cursam o ensino médio (Gráfico 3). Verifica-se assim um baixo nível de escolaridade dos jovens assentados. Este é um problema que deve ser objeto de atenção tanto por parte do Estado e de suas políticas públicas, quanto dos movimentos sociais e ONGs que acompanham os assentamentos. Isto porque, como se sabe, a educação é um elemento de fundamental importância no processo de construção da cidadania. Numa área objeto de conquista através da luta então, alcançar o objetivo maior de consolidação da conquista da terra passa necessariamente pelo processo educativo.

Gráfico 4



Fonte: Pesquisa de campo, junho de 2011

A respeito do lazer, nove jovens reclamaram da falta de atrativos para se divertirem, isto é nítido na fala de um deles quando relata que

[...] o que falta aqui é lazer, aqui não tem nada de lazer, se tivesse uma quadra muitos amigos meus não precisavam ir a pra rua... se tivesse uma pracinha seria bom, aí as vezes a gente não tem o que fazer, só ficar

trabalhando no lote...”(Entrevista de campo realizada no dia 19 de junho de 2011).

Dos que reclamaram, seis relataram que o futebol¹¹ e algumas festas que são realizadas no interior do Assentamento, como por exemplo, a festa junina organizada pelo grupo de Jovens que teve o intuito de promover mais diversão e lazer para todas as famílias do PA, são as únicas opções de lazer deles. Outras opções como assistir televisão, visitar parentes, também foram mencionadas, por duas jovens.

Essas limitações de lazer são uma realidade presente em muitos assentamentos. Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) juntamente com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) constatou que:

[...] as alternativas de diversão dos(as) jovens rurais são bastante limitadas, dificultando o desenvolvimento de novas formas de sociabilidade. A televisão, como uma das poucas alternativas de lazer, não apenas concorre para o isolamento dos jovens, limitando as práticas sociais locais, como do ponto de vista cultural, difunde e reproduz valores sociais urbanos, em geral, incompatíveis com a realidade rural (Relatório de Pesquisa da UNICEF, 2001, apud SILVA, Á., 2009.).

Nove dos dez entrevistados gostariam que o Assentamento oferecesse cursos profissionalizantes, que tivesse uma escola mais estruturada que pudesse propiciar uma melhor educação. Eles aspiram também por uma quadra de esportes e uma praça, pois isso os motivaria a permanecer no Assentamento.

Referente a questão do “trabalho”, Fortunato et al (2008) afirma que “o trabalho dos jovens no universo da unidade produtiva familiar camponesa, por não ser remunerado, não é considerado “trabalho”, mas, “ajuda” aos pais”(p.32). Com base nesta afirmação constatamos que dos jovens entrevistados apenas 1 não trabalha e 9 trabalham na agricultura ajudando a família. Os que ajudam os pais na agricultura também colocam seus próprios roçados nos lotes dos pais. Parte da produção dos seus roçados destina-se ao consumo da família e parte é comercializada. A renda obtida com essa comercialização, no caso de quatro jovens, é destinada em parte aos gastos pessoais e em parte para ajudar a família; 3 a utiliza apenas para cobrir suas despesas pessoais e o restante dos jovens

¹¹ Vale ressaltar que todos os 6 que responderam como opção de lazer o futebol são do sexo masculino e que também uma jovem afirmou que no PA não “tem atrativos para as mulheres”.

destinam tudo o que ganham para ajudar a família. Vale destacar que a maior parte dos jovens afirmou que gosta de trabalhar porque se sente bem em ajudar a família

Quanto às perspectivas de futuro, 40% dos jovens responderam que desejam estudar e ter um bom trabalho; 30% não mostraram interesse em continuar os estudos querendo apenas ter um bom emprego; outros 20 % demonstraram querer continuar o trabalho no Assentamento e apenas 10% pretende estudar e terminar um curso universitário.

No caso das perspectivas dos pais para os filhos jovens, grande parte deles disse que querem que seus filhos estudem e se formem. Um dos pais entrevistados comentou que esta se tornou a melhor alternativa, pois o Assentamento não oferece condições de trabalho satisfatórias para a sobrevivência, se houvesse a construção de uma casa de farinha haveria mais oportunidade para os jovens, até porque a principal atividade do Assentamento é o cultivo da mandioca.

Figura 8 - Jovem assentado “limpando” o “mato” na frente da sua casa localizada dentro do PA Zumbi dos Palmares.



Fonte: Nielson Polucena – Junho de 2011

Quando buscamos informações sobre as políticas públicas voltadas para os jovens do Assentamento verificamos que apenas 5 jovens se incluem em algum programa: 4 afirmaram serem contemplados pelo Programa Bolsa Família e 1 participa do Projovem Campo. Os demais não se integram nem são contemplados por nenhuma política pública

do Governo Federal. Vale sublinhar que segundo os jovens assentados, a prefeitura municipal de Mari não desenvolve nenhum programa ou política voltada para a juventude do Assentamento Zumbi dos Palmares.

Portanto, entendemos que embora existam algumas políticas públicas presente no PA, não notamos uma política pública específica que tenha como objetivo o desenvolvimento rural com a participação desses jovens, o que contribuiria para a permanência dos mesmos no Assentamento.

Sobre as políticas públicas voltada à juventude rural Abramovay (2005, p.1,2) afirma que:

Uma verdadeira política de desenvolvimento rural deve associar a atribuição de ativos aos jovens - dos quais o mais importante é uma educação de qualidade - com o estímulo a um ambiente que estimule a formulação de projetos inovadores que façam do meio rural, para eles, não uma fatalidade, mas uma opção de vida. Seria interessante, no caso daqueles que pretendem estabelecer-se como agricultores, que sua implantação fosse acompanhada e mesmo condicionada à elaboração de um projeto técnico consistente, cujas chances de afirmação em mercados dinâmicos fossem altas. Mais importante do que o aprendizado de técnicas agronômicas, neste caso, são os conhecimentos de gestão, contabilidade e funcionamento de mercados.

O mesmo autor ainda acrescenta que:

Para que a propensão dos jovens à inovação se realize, entretanto, é necessário um ambiente social que estimule o conhecimento e favoreça que as novas idéias tenham chance de se tornar empreendimentos. Uma das maiores doenças de nosso tempo está exatamente na incapacidade de as sociedades contemporâneas oferecerem perspectivas para que a inovação se concretize em projetos - privados ou sociais - construtivos. (2005, p. 1)

No que tange a participação política dos jovens, entre os entrevistados nenhum participa de qualquer ONG, sindicato, partido político, associação, movimento social ou Projeto. Apenas dois dos entrevistados estão participando atualmente de um grupo de jovens. Este grupo teve início em abril de 2011 e tinha 3 meses no momento da pesquisa. Nele são discutidas questões pertinentes ao Assentamento como, por exemplo, a manutenção da mandala e a organização de festas. Porém, segundo estes jovens as reuniões do grupo estão escasseando devido à falta de interesse dos jovens. Como assim relata um deles: *“Eu saí do grupo porque num tava dando certo, ninguém tava botando fé no que tava fazendo, tava bagunçado, não tinha organização, tinha gente que ia prá uma reunião e depois não ia mais”*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada constatamos que o espaço agrário da microrregião de Sapé foi sempre marcado por uma forte concentração da propriedade da terra, pela exploração do trabalho e, mais recentemente, pelo confronto entre camponeses e latifundiários. Este confronto adquire maior dimensão com as Ligas Camponesas, esmaece durante os Governos militares frente à forte repressão que foi desencadeada contra as lideranças das Ligas e as organizações dos trabalhadores. Porém, com o retorno da democracia a partir da instituição da Nova República e da sua promessa de realização da reforma agrária no país, com o surgimento do MST e o fortalecimento da CPT, bem como com a crise do Proálcool deslançada a partir de 1986, que transformou grandes propriedades em latifúndios improdutivos na Zona da Mata paraibana, observou-se a retomada da organização dos trabalhadores em torno da luta por terra na região.

Verificamos que esse processo deu origem a criação de 27 Projetos de Assentamentos na microrregião de Sapé entre 1993 e 2010, dois deles no município de Mari. Este município reproduz a lógica da concentração fundiária presente historicamente na microrregião e, também foi palco das Ligas Camponesas. Nele, centramos a atenção num dos dois assentamentos existentes, o Zumbi de Palmares.

O PA Zumbi dos Palmares surgiu a partir de uma ação organizada de trabalhadores sem terra da Zona da Mata e do Agreste assistidos pelo MST, movimento que se encontra presente no PA até os dias atuais. De acordo com a pesquisa de campo efetuada a produção agrícola é voltada para a policultura alimentar que em parte destina-se ao consumo e em parte à comercialização. As condições de moradia são satisfatórias e a infraestrutura, embora apresente alguns equipamentos sociais como uma escola, um posto de saúde, uma igreja e a sede da Associação, ainda está muito a desejar. Não existem praças, ambientes de lazer, agroindústria para beneficiamento da produção entre outros. As famílias são compostas principalmente por uma população jovem, o que chamou a atenção para estudar a juventude local.

Percebemos que a maioria dos jovens do Assentamento pretende permanecer na terra conquistada, algo que não é comum em vários assentamentos, devido à influência dos

meios de comunicação e da própria escola, que “enquanto meios de afirmação dos interesses das classes dominantes alienam os jovens rurais disseminando a idéia de que a cidade é o *locus* da modernidade, incutindo em suas mentes desejos de consumo que somente poderão ser realizados fora do campo” (FREIRE e MOREIRA, 2009, p.12).

Observou-se também a escassez de políticas públicas voltadas aos jovens assentados, o que contribui para dificultar a permanência deles no Assentamento. Isto porque, embora eles pretendam continuar ali vivendo, a falta de atrativos como cursos profissionalizantes, mais alternativas de lazer, uma escola mais estruturada, podem condicionar futuramente o seu deslocamento para os centros urbanos.

Chamou-nos a atenção o fato de o Assentamento ter surgido de uma luta organizada e apoiada por um movimento social, no caso, o MST e nenhum dos 10 jovens entrevistados manterem relação com o movimento nem participarem de qualquer atividade por ele organizada.

Enfim, no que tange ao protagonismo dos jovens na construção do Assentamento Zumbi dos Palmares, verificamos que este se dá essencialmente através do trabalho. É a inserção dos jovens nas atividades agropecuárias ajudando a família ou trabalhando no seu próprio lote que os torna protagonistas de uma história de luta pela sobrevivência na terra conquistada. Porém, para que esse protagonismo alcance outras dimensões (social, política e cultural) muito há a ser feito.

Entendemos também que não é suficiente a mera distribuição de terras para a concretização da reforma agrária e para garantir a participação dos jovens na luta pela consolidação dos assentamentos. É importante a ação do Estado através de políticas públicas, da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais de modo a motivar a participação da juventude em atividades que venham garantir a reprodução do campesinato das áreas de reforma agrária.

Esperamos que este diagnóstico inicial sobre a microrregião de Sapé, o município de Mari, o Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares e dos jovens que nele vivem, possa servir de base para a realização de novas pesquisas, e também contribua para promover avanços no conhecimento sobre a categoria dos jovens rurais e o seu papel na luta pelo êxito da reforma agrária através de sua contribuição na consolidação das áreas de assentamento aqui entendidas como território(s) de esperança.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. “**Juventude rural: ampliando as oportunidades**”, Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF, Abril de 2005, Ano 1, nº 1.

BANDEIRA, Lourdes Maria; MIELI, Neide. *Et all* (Org.) **Eu marcharei na tua luta!**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997. 174 p.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Entre ficar e sair: uma etnografia da construção da categoria jovem. Rio de Janeiro: **Tese**, UFRJ/PPGAS, 2005.

COSTA, Francisco Fábio Dantas e MOREIRA, Emilia. A dura sobrevivência do Assalariado da cana: o caso dos bóias-frias mirins de Pedras de Fogo. In: PIBIC/UFPB/CNPq. **Iniciados**. João Pessoa: Ed. Universitária, 1994.

FERNANDES, Bernardo M. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf

FORTUNATO, Maria Lucinete, et. al. Relações de Poder/Saber: **Protagonismo de Jovens em Assentamentos Rurais do Alto Sertão Paraibano**. I Encontro Unificado de Pesquisa, Ensino e Extensão da UFCG.

FREIRE, N. P. ; MOREIRA, E. R. F. . A resistência camponesa à expansão da cana na Zona da Mata paraibana. In: **Anais** da X Jornada do Trabalho. Presidente Prudente, 2009.

IBGE. Censo Agropecuário de 2006.

IBGE. Censo Demográfico de 2010.

INCRA. Relação das Áreas de Assentamento da Paraíba. João Pessoa: **Relatório** do Incra, 2010.

LEFÈBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 3a. Ed. Paris :1986.

MITIDIERO, Marco Antonio. **A ação territorial de uma igreja radical**: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba. Curitiba, Editora CRV, 2010.

- MOREIRA, Emília. Território(s) de esperança. João Pessoa: **Projeto de Pesquisa**, 2006a.
- MOREIRA, Emília de Rodat F. O Espaço Natural Paraibano. João Pessoa: DGEOC, 2006b (mimeo).
- MOREIRA, Emília. O espaço paraibano enquanto produto do trabalho. João Pessoa: **Texto didático**, 2003.
- MOREIRA, E. e TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.
- MOREIRA, Emília. **Apontamentos sobre a discussão conceitual de Territórios de Esperança**. João Pessoa, Texto para discussão, 2009.
- MOREIRA *et al.* Os caras pintadas do suor e da fuligem da cana. João Pessoa: **Relatório de Pesquisa/CNPq**, 1994.
- MOREIRA *et al.* **Condições de vida, saúde e trabalho de crianças e adolescentes na palha da cana**. Brasília: **Anais** do I Seminário Nacional de Saúde do Trabalhador, 1996.
- MOREIRA *et al.* Trabalho precoce e saúde. João Pessoa: **Cadernos do LOGEPA**, 2002.
- MOREIRA *et al.* Trabalho infanto-juvenil no abacaxi. João Pessoa: **Relatório de Pesquisa**, 2009.
- MOREIRA *et al.* Trabalho precoce em atividades monocultoras. João Pessoa: **Anais** da XI Jornada do Trabalho, 2010.
- MOREIRA, TARGINO e MENEZES. Perspectivas migratórias de jovens rurais. João Pessoa: **Relatório de Pesquisa/MDA**, 2010.
- MME. Diagnóstico do Município de Mari. Projeto Águas Subterrâneas. Ministério das Minas e Energia (2005). Disponível em:
<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/paraiba/relatorios/MARI110.pdf>. Acesso em 15/07/2011
- NOVAES, R. C. R. De Corpo e Alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 1997. p. 35-71. 238 p.
- OLIVEIRA, A. Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In. CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Mara Edilara B. De. **Terra, Trabalho e Escola: a luta do MST por uma educação do/no campo na Paraíba.** João Pessoa: Dissertação de Mestrado. DGEIOC/UFPB, 2010.

PNUD. Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

PRADO, Danda. **O que é família.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão. **Alfabetismo e atitudes: pesquisa junto a jovens e adultos paulistanos.** In: Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 1998. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde09/rbde09_03_vera_maria_masagao_ribeiro.pdf f acesso em: 20/11/2011

SANTOS, M. **Por uma geografia nova.** São Paulo: HUCITEC, 1980.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

SILVA, Á. Régia Oliveira da. A participação da juventude rural na construção de um território de Esperança. João Pessoa: **Monografia** de Graduação. DGEIOC/UFPB, 2009.

SILVA, Elton Oliveira da. Luta pela terra, assentamento rural e migração: elementos para a construção de territórios de esperança no estado da Paraíba. João Pessoa: **Monografia** de Graduação. DGEIOC/UFPB, 2009.

SOUZA, Francisco de Assis lemos de. **Nordeste o Vietnã que não houve Ligas camponesas e o golpe de 64.** 1a. ed. João Pessoa/Londrina: UFPB/UEL, 1996. 375 p.